

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS |



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

'21



Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	7
I – INTRODUÇÃO	8
II – ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	9
III – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO MUNICIPAL	10
IV – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA	14
V – ANÁLISE ORÇAMENTAL CONSOLIDADA	18
VI – FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	19
BALANÇO CONSOLIDADO	20
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA.....	21
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2020.....	22
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2021.....	23
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	24
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM REFERÊNCIA 31 DE DEZEMBRO DE 2021	25
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....	73
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	74
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA	75
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....	76

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Município de Guimarães – Consolidação de Contas – Ano 2021

EDIÇÃO

Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico

Divisão de Contabilidade e Tesouraria

Município de Guimarães

Largo Cónego José Maria Gomes | 4804-534 Guimarães

(+351) 253 421 200 | geral@cm-guimaraes.pt

www.cm-guimaraes.pt

Junho 2022

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
NCP	Norma de Contabilidade Pública
MG	Município de Guimarães
IPSAS	International Public Sector Accounting Standard
IPSASB	International Public Sector Accounting Standards Board
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CC2	Classificador Complementar 2
CP	Curto Prazo
MLP	Médio e Longo Prazos
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
CGD	Caixa Geral de Depósitos
BPI	Banco Português de Investimento
BCP	Banco Comercial Português
NB	Novo Banco
BBVA	Banco Bilbao Vizcaya Argentária
GMG	Grupo Municipal de Guimarães
SEL	Setor Empresarial Local
VPT	Valor Patrimonial Tributário

ORGÃO DE GESTÃO

--

--

--

--

--

--

--

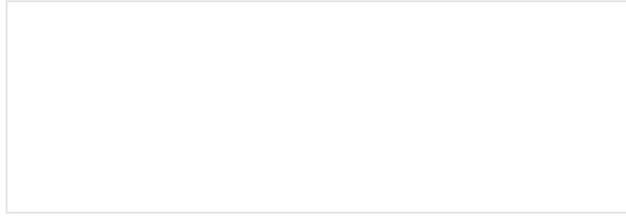
--

--

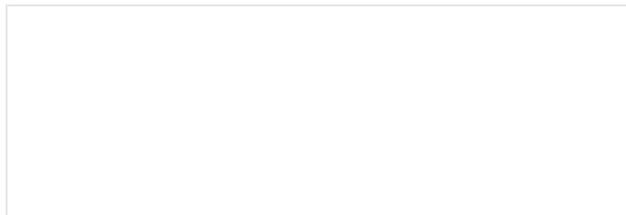
--

--

O ORGÃO DELIBERATIVO

A large, empty rectangular box with a thin black border, intended for the signature or stamp of the deliberative body.

CONTABILISTA PÚBLICO

A large, empty rectangular box with a thin black border, intended for the signature or stamp of the public accountant.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

I – INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 75º, da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais¹ (RFALEI), foi elaborado o presente Relatório de Contas Consolidadas, relativas ao ano de 2021, o qual é submetido para aprovação em momento diferente da apresentação das contas individuais, nos termos do nº 2, do artigo 76º, da referida Lei.

A prestação de contas consolidada do ano 2021 é apresentada em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Grupo Municipal de Guimarães, com exceção do estabelecido na NCP 27 – contabilidade de gestão, que ainda não se encontra totalmente implementada não sendo possível apresentar as divulgações pelo normativo para esta matéria.

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)
- Perímetro de natureza financeira (NCP22)

Dado que as entidades constantes do perímetro de consolidação não são todas obrigadas à contabilização orçamental teremos um perímetro diferente para as demonstrações financeiras.

Conforme previsto na FAQ 18 para o setor público SNC-AP, da Comissão de Normalização Contabilística, as demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras têm perímetros diferentes de consolidação distintos.

Considerando os constrangimentos que resultam da adoção do SNC-AP a partir de 1 de janeiro de 2021² essencialmente no que tange à implementação do sistema informático, equipamento e programas que possibilitem o integral cumprimento das disposições legais em vigor, não aplicaram a NCP 26 as seguintes entidades: CASFIG, Curtir Ciência e FRATERNA, com remissão para a IPSAS 33, que permite, a quem adota pela primeira vez o normativo do IPSASB, um período de três anos para reconhecer ativos e passivos específicos.

Deste modo o perímetro de consolidação de natureza orçamental para as contas de 2021 é composto apenas pelo Município de Guimarães, Oficina, Tempo Livre e Laboratório da Paisagem uma vez que as restantes entidades que integram o perímetro de consolidação orçamental, identificadas acima, não aplicaram a NCP 26.

As contas do Município foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

¹ Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

² As prestações de contas de 2020, das entidades participadas incluídas no perímetro de acordo com a NCP 26, foram efetuadas no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às Contas de 2019, nos termos permitidos pelo n.º 2 do art.º 350 da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2021 e que dispõe que a "prestação de contas relativa a 2020 das entidades pertencentes às Administrações Públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades reclassificadas, pode ser efetuada no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2019".

II – ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

O Município de Guimarães detém participação em diversas empresas municipais que integram o Setor Empresarial Local (SEL), bem como noutras entidades locais como cooperativas, fundações, associações, entre outras.

De seguida apresentam-se as entidades do grupo autárquico, o perímetro de consolidação e o respetivo método de consolidação utilizado.

Quadro 1 - Entidades do grupo autárquico

Entidade	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	%	Incluída	Método	Observações
A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Régie Cooperativa	503190985	99 759,58	84,11	SIM	INTEGRAL	
Taipas Turitermas, CIPRL	Cooperativa	501676430	994 584,07	95,46	SIM	INTEGRAL	
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Cooperativa	502301007	3 506 418,00	83,24	SIM	INTEGRAL	
Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL	Cooperativa	504487620	99 759,58	88,68	SIM	INTEGRAL	
Tempo Livre Físical CIPRL	Cooperativa	505197200	59 855,75	89,00	SIM	INTEGRAL	
Casfig - Empresa Municipal, EM	Empresa Municipal	504885855	49 879,79	100,00	SIM	INTEGRAL	
Vimáguia - Empresa de Água e Saneamento Guimarães e Vizela, EIM, S.A.	Empresa Intermunicipal	505993082	450 000,00	90,00	SIM	INTEGRAL	
PIEP Associação - Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	Associação sem fins lucrativos	504943782	7 000,00	3,76	NÃO		
CVR - Centro para a Valorização de Resíduos	Associação sem fins lucrativos	505812657	37 000,00	4,36	NÃO		
Virtus Ambiente, EM S.A.	Empresa Municipal	509584888	255 343,00	100,00	SIM	INTEGRAL	
Associação Nacional de Municípios Portugueses ANMP	Associação de municípios	501627413	6 071,80		NÃO		6.071,80 - Quota anual
Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	Associação de municípios	502131047	1 427,00		NÃO		1.427,00 - Quota anual
UCCLA - União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas	Associação sem fins lucrativos	501909311	4 500,00		NÃO		4.500,00 - Quota anual
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Associação de municípios	503990698	7 500,00		NÃO		7.500,00 - Quota anual
Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas Documentalistas	Associação sem fins lucrativos	501121250	180,00		NÃO		180,00 - Quota
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Associação de municípios	502622482			NÃO		
Associação das Cidades Património - Organização das Cidades Património Mundial			4 835,85		NÃO		4.835,85 - Quota anual
Associação Norte Cultural	Associação sem fins lucrativos	502885955			NÃO		
Rede de Bibliotecas Associadas da UNESCO					NÃO		
Associação CCG/ZGDV - Centro de Computação Gráfica	Associação sem fins lucrativos	503092584			NÃO		
CIUMED - Rede para a Promoção das Cidades Médias do Sudoeste Europeu					NÃO		
Associação ENERGIE-CITÉS			1 250,00		NÃO		1.250,00 - Quota anual
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Pessoa coletiva pública de natureza associativa, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, inserida na Administração Autónoma do Estado	508905435	1 500,00		NÃO		1.500,00 - Quota anual
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Associação de municípios	508887780			NÃO		
Fundação Cidade Guimarães	Fundação sem fins lucrativos com utilidade pública	509126693		35,09	SIM	MEP	
APHVIN/GEHVID - Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho		513093702	250,00		NÃO		250,00 - Quota anual
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	Associação sem fins lucrativos	509441092			NÃO		
REC - Associação Rede Economias Criativas		509904238			NÃO		
IDEGUI - Instituto de Design de Guimarães - Associação para a Regeneração Económica	Associação sem fins lucrativos	510421415	120,00		NÃO		120,00 - Quota anual
APCV - Associação Portuguesa de Corredores Verdes		504943278			NÃO		
Fundo de Apoio Municipal	Fundo e serviço autónomo	513319182			NÃO		
Laboratório da Paisagem de Guimarães	Associação sem fins lucrativos	513753362	2 500,00	66,67	SIM	INTEGRAL	2.500,00 - Quota anual / percentagem de votos
APSI Uminho - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Associação sem fins lucrativos	513801820		10%	NÃO		
Fundação Serralves	Fundação sem fins lucrativos com utilidade pública	502266643	25 000,00		NÃO		
ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais		513864202	1 750,00		NÃO		
ProChild CoLAB Against Poverty and Social Exclusion	Associação de direito privado, sem fins lucrativos	515173070	10 000,00		NÃO		10.000,00 - Quota anual
ICLEI - Local Governments for Sustainability - European Secretariat			1 750,00		NÃO		1.750,00 - Quota anual
Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães	Associação sem fins lucrativos	515555010	2 500,00	66,67	SIM	INTEGRAL	2.500,00 - Quota anual / percentagem de votos
AICE - Asociación Internacional de Ciudades Educadoras	Associação sem fins lucrativos		715,00		NÃO		715,00 - Quota anual
ATPN - Associação de Turismo do Porto e Norte		503393517	12 500,00		NÃO		12.500,00 - Quota anual
Associação Fibrenamics - Instituto de Inovação Materiais Fibrosos e Compósitos	Associação sem fins lucrativos	516549952			NÃO		

No exercício de 2021 existiu uma alteração no perímetro de consolidação em virtude da extinção da Fundação Martins Sarmiento. Da exclusão, não resultou nenhum impacto significativo tendo em conta que o método de integração era o MEP pelo valor de 2,63€.

III – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERIMETRO MUNICIPAL

CASFIG

Promoção e gestão do património imobiliário municipal, em especial e primordialmente as habitações sociais do Município de Guimarães. Neste âmbito, para além de assegurar a manutenção e a conservação das habitações de interesse social, desenvolve um conjunto de projetos e ações de âmbito social com objetivo de promover a qualidade de vida das famílias que nelas residem.

Tem também responsabilidades no domínio das carências habitacionais do concelho de Guimarães, bem como na implementação, tramitação e gestão de medidas de apoio à habitação, das quais se destacam a atribuição de habitação social e do Subsídio Municipal ao Arrendamento e o apoio técnico para submissão de candidaturas ao programa porta 65. A CASFIG tem ainda sob sua responsabilidade a limpeza e manutenção das áreas ajardinadas dos empreendimentos de habitação social municipal.

CIÊNCIA VIVA

Promoção da cultura científica e tecnológica designadamente ao nível da educação, contribuindo para uma ação integrada e participada que facilite o desenvolvimento daquela cultura nas novas gerações em particular, e, por conseguinte, de toda a população em geral.

FRATERNA

Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da ação social.

É da sua responsabilidade:

- Eliminar situações de exclusão social;
- Contribuir para a eliminação de situações de pobreza, a nível local e regional;
- Promover ações e campanhas de sensibilização/informação junto da população em geral;
- Desenvolver atividades que contribuam para o processo de coesão social, a nível local, regional, nacional e transnacional;
- Criar e dinamizar um serviço alimentar contra a fome;
- Criar e administrar serviços de apoio a idosos, designadamente, centros de dia, centros de ocupação de tempos livres e serviços de apoio domiciliário;
- Criar e administrar equipamentos sociais de apoio a primeira infância;
- Criar e administrar serviços de apoio a jovens em vias e/ou em situação de exclusão social;
- Criar e administrar serviços de apoio aos desempregados de longa duração;
- Promover formação profissional;
- Prestar apoio técnico e logístico aos membros da Cooperativa que desenvolvam atividades na área de solidariedade social.

LABORATÓRIO DA PAISAGEM

Promoção do conhecimento e da inovação, da investigação e da divulgação científica.

Desenvolvimento de atividades dirigidas a toda a comunidade, através de diversas ações integradas das melhores práticas internacionais em políticas do desenvolvimento sustentável, designadamente nas áreas da Educação e Sensibilização Ambiental, com o objetivo de alterar hábitos e comportamentos da sociedade para uma maior sustentabilidade e Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

OFICINA

A Oficina foi fundada em 1989, por iniciativa da Câmara Municipal de Guimarães, com o objetivo de criar uma estrutura capaz de valorizar, promover e divulgar as Artes e os Ofícios Tradicionais de Guimarães. A este primeiro objetivo, mais tarde, um outro veio enriquecer a sua área de atividade: o de desenvolver um projeto de intervenção teatral. O Teatro Oficina é, assim, criado em 1994. Esta companhia foi pensada para combater as assimetrias regionais, proporcionando aos cidadãos da região de Guimarães espaços de formação e fruição cultural na área do teatro.

Em 2004, a Oficina estabeleceu um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Guimarães onde, entre outras responsabilidades, assumiu a realização de um conjunto diversificado de atividades no domínio cultural como os Encontros da Primavera, o Festival de Inverno, a Semana da Dança, o Verão Vale a Pena em Guimarães, os Cursos Internacionais de Música e o Guimarães Jazz, que se juntaram às anteriormente assumidas – os Festivais Gil Vicente, as Festas da Cidade e Gualterianas, a Feira de Artesanato, o Teatro Oficina e a Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais – tendo contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento sustentado da cidade em termos culturais.

Em 2005, a entrada em funcionamento do Centro Cultural Vila Flor e a atribuição da sua gestão e programação à Oficina propiciou o desenvolvimento cultural da cidade e de toda a região circundante.

2012, ano em que Guimarães foi Capital Europeia da Cultura, celebrou-se um contrato com a Fundação Cidade de Guimarães no qual a Oficina assumiu a responsabilidade direta de implementação de uma parte significativa do programa da CEC 2012, em simultâneo com a responsabilidade de acompanhamento e coordenação global de toda a programação cultural.

Finda a Capital Europeia da Cultura, em 2013, a Oficina passou a assumir a gestão e programação do Centro Internacional das Artes José de Guimarães e do Centro de Criação de Candoso. Estes novos espaços culturais permitiram uma intervenção mais alargada.

Em abril de 2016, devido ao extenso e incontornável know-how na gestão operacional de equipamentos congéneres na cidade, a Oficina foi considerada, pelo Município de Guimarães, a entidade capaz de garantir o cumprimento da estratégia delineada para a Casa da Memória.

Hoje em dia gere e programa o Centro Internacional das Artes José de Guimarães, a Casa da Memória de Guimarães, o Centro Cultural Vila Flor com o seu Palácio Vila Flor, o Centro de Criação de Candoso com uma *Blackbox* na Fábrica ASA, o Teatro Oficina com o seu Espaço Oficina e um serviço de Educação e Mediação Cultural. É nesses espaços que se desenrolam os seus

festivais atuais: GUIDance, WeswayLab, Festivais Gil Vicente, Manta e Guimarães Jazz, além das Festas da Cidade e Gualterianas na cidade. É ainda responsável pela salvaguarda do Património e Artesanato, como se manifesta na Loja Oficina e no seu nome social: Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães.

TEMPO LIVRE

Gestão de instalações desportivas, organização de eventos, promoção e dinamização da prática desportiva.

É da sua responsabilidade:

- Fomentar a atividade do desporto, utilizando as infraestruturas existentes;
- Incentivar a prática do desporto na comunidade geral;
- Dotar de conhecimentos técnicos os agentes envolvidos nas diversas modalidades;
- Incentivar o espírito do companheirismo e interajuda;
- Possibilitar à comunidade em geral, e aos jovens em particular, uma alternativa mais saudável e enriquecedora para a ocupação dos seus tempos livre;
- Integrar crianças e grupos de jovens marginalizados;
- Possibilitar aos jovens fora do sistema educativo, ou fora de qualquer outra estrutura de formação, a igualdade de oportunidades no acesso à prática desportiva;
- Promover ações de formação profissional;
- Promover e participar em festas e festivais, bem como iniciativas de lazer e tempos livres.

TURIPENHA

Gestão do Parque de Campismo da Penha e gestão do equipamento do teleférico.

É da sua responsabilidade:

- A construção e a exploração do Teleférico da Penha;
- Criar ou desenvolver outros equipamentos Turísticos que tenham interesse para a área do Município de Guimarães ou para a Região do Vale do Ave.

TURITERMAS

Gestão dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos e de recreio da Vila das Taipas, bem como a captação e exploração das águas minerais e dos estabelecimentos que lhe são anexos.

É da sua responsabilidade:

- Recuperação, reativação e gestão dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos da Vila das Taipas, bem como a captação e exploração das águas minerais e dos estabelecimentos que lhe são anexos;
- Gestão das piscinas, do parque de campismo e de todas as estruturas adjacentes existentes na Vila das Taipas;
- Criar ou desenvolver outros equipamentos termais e turísticos que se venham a considerar necessários para o desenvolvimento da Turitermas e a prossecução do seu objeto;

- Desenvolver atividades de natureza sociocultural e de ocupação dos tempos livres destinados aos utentes dos serviços produzidos;
- Desenvolver ações de formação cooperativa e técnico-profissional destinadas aos trabalhadores da cooperativa.

VIMÁGUA

Gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais na área dos municípios de Guimarães e Vizela.

VITRUS

Atuação no domínio da gestão de resíduos urbanos, limpeza pública e fiscalização do cumprimento do regulamento de gestão de resíduos e limpeza urbana.

Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.

Exploração do serviço público de transporte rodoviário de passageiros flexível.

IV – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras consolidadas do período em análise, apresenta-se, em seguida uma análise das principais variações ocorridas na posição financeira e no desempenho.

ESTRUTURA DO ATIVO

ATIVO	31/12/2021 SNC-AP	Peso (%)	31/12/2020 SNC-AP	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Ativos fixos tangíveis	474 771 906,80	84,66%	461 729 432,85	85,02%	13 042 473,95	2,8%
Ativos intangíveis	4 942 442,99	0,88%	5 049 149,99	0,93%	-106 707,00	-2,1%
Propriedade de investimento	2 980 846,83	0,53%	2 708 570,16	0,50%	272 276,67	10,1%
Participações financeiras	2 444 098,05	0,44%	2 443 098,05	0,45%	1 000,00	0,0%
Outros ativos financeiros	126 038,76	0,02%	97 992,56	0,02%	28 046,20	28,6%
Ativos por impostos diferidos	263 140,25	0,05%	371 964,49	0,07%	-108 824,24	100,0%
Ativo não corrente	485 528 473,68	86,58%	472 400 208,10	86,98%	13 128 265,58	2,8%
Inventários	1 283 917,38	0,23%	1 213 937,05	0,22%	69 980,33	5,8%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	765 406,78	0,14%	588 743,39	0,11%	176 663,39	30,0%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	7 927,10	0,00%	11 208,04	0,00%	-3 280,94	-29,3%
Clientes, contribuintes e utentes	4 484 797,20	0,80%	5 378 210,49	0,99%	-893 413,29	-16,6%
Estado e Outros Entes Públicos	1 104 871,35	0,20%	1 339 055,69	0,25%	-234 184,34	-17,5%
Acionistas/sócios/associados	2 346,84	0,00%	2 346,84	0,00%	0,00	100,0%
Outros contas a receber	29 994 719,48	5,35%	28 918 475,10	5,32%	1 076 244,38	3,7%
Diferimentos	1 052 440,05	0,19%	860 958,51	0,16%	191 481,54	22,2%
Caixa e depósitos bancários	36 542 858,08	6,52%	32 382 364,63	5,96%	4 160 493,45	12,8%
Ativo corrente	75 239 284,26	13,42%	70 695 299,74	13,02%	4 543 984,52	6,4%
Total do Ativo	560 767 757,94	100,00%	543 095 507,84	100,00%	17 672 250,10	3,3%

Na estrutura do ativo verificou-se um aumento de aproximadamente 17,7 Milhões (M) (3,3%), destacando-se as rubricas “Ativos fixos tangíveis” (475M) e “Caixa e depósitos bancários” (36M), que comparativamente a 2020 tiveram um aumento de 17,2 milhões.

ESTRUTURA DO PASSIVO

PASSIVO	31/12/2021 SNC-AP	Peso (%)	31/12/2020 SNC-AP	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Provisões	1 461 230,40	1,77%	1 166 410,52	1,47%	294 819,88	25,3%
Financiamentos obtidos	36 694 605,82	44,42%	32 271 180,84	40,58%	4 423 424,98	13,7%
Fornecedores	0,00	0,00%	1 288 984,70	1,62%	-1 288 984,70	-100,0%
Fornecedores de investimento	1 230 848,67	1,49%	0,00	0,00%	1 230 848,67	
Outros passivos financeiros	902 802,33	1,09%	1 378 939,86	1,73%	-476 137,53	-34,5%
Outras contas a pagar	2 244 018,09	2,72%	2 295 338,62	2,89%	-51 320,53	-2,2%
Diferimentos	1 011 102,27	1,22%	0,00	0,00%	1 011 102,27	
Passivo não corrente	43 544 607,58	52,71%	38 400 854,54	48,28%	5 143 753,04	13,4%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 136,89	0,00%	74 268,35	0,09%	-72 131,46	-97,1%
Fornecedores	3 469 714,60	4,20%	4 348 911,02	5,47%	-879 196,42	-20,2%
Aditamentos de clientes, contribuintes e utentes	467,74	0,00%	0,00	0,00%	467,74	
Estado e outros entes públicos	1 237 744,74	1,50%	1 301 590,16	1,64%	-63 845,42	-4,9%
Financiamentos obtidos	7 108 246,13	8,60%	7 740 879,19	9,73%	-632 633,06	-8,2%
Fornecedores de investimento	824 942,28	1,00%	1 046 968,08	1,32%	-222 025,80	-21,2%
Outras contas a pagar	9 238 278,60	11,18%	9 300 466,26	11,69%	-62 187,66	-0,7%
Diferimentos	12 263 829,54	14,84%	12 999 720,80	16,35%	-735 891,26	-5,7%
Outros passivos financeiros	4 923 670,70	5,96%	4 316 753,85	5,43%	606 916,85	14,1%
Passivo corrente	39 069 031,22	47,29%	41 129 557,71	51,72%	-2 060 526,49	-5,0%
Total do Passivo	82 613 638,80	100,00%	79 530 412,25	100,00%	3 083 226,55	3,9%

Na estrutura do passivo houve uma diminuição do passivo corrente de 5%. Relevando-se a redução nos “Fornecedores de investimento”, que em 2020 registavam o valor de 1M e em 2021 825 mil, originando uma variação de 21,2%, a redução nos fornecedores de cerca de 1M, originando uma variação de -20,2% e a redução dos “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis”.

O Passivo não corrente teve uma subida de 13,4%, destacando-se aqui os “Financiamentos obtidos” que comparativamente a 2020 teve um aumento de mais de 4,4M (13,7%).

O Total do Passivo registou um aumento de aproximadamente 4%.

ESTRUTURA DE DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO

Dívidas de terceiros a curto prazo	31/12/2021 SNC-AP	31/12/2020 SNC-AP	Variação	
			(€)	(%)
Clientes, contribuintes e utentes	4 484 797,20	5 378 210,49	-893 413,29	-16,6%
Outras contas a receber	29 994 719,48	28 918 475,10	1 076 244,38	3,7%
Total	34 479 516,68	34 296 685,59	182 831,09	0,5%

No capítulo das dívidas de terceiros a curto prazo este mantém-se estável, com uma ligeira subida de 0,5%.

ESTRUTURA DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31/12/2021 SNC-AP		31/12/2020 SNC-AP		Variação 2021-2020
	Valor	%	Valor	%	
Património	255 010 740,68	53,33%	254 902 980,84	54,99%	107 759,84
Reservas	22 906 290,78	4,79%	22 339 824,11	4,82%	566 466,67
Resultados transitados	94 691 789,41	19,80%	89 554 950,57	19,32%	5 136 838,84
Ajustamentos em ativos financeiros	-2 000 000,00	-0,42%	-2 000 002,63	-0,43%	2,63
Outras variações no património líquido	101 305 104,12	21,19%	90 643 453,13	19,55%	10 661 650,99
Resultado líquido do período	3 328 863,98	0,70%	5 428 786,11	1,17%	-2 099 922,13
Interesses que não controlam	2 911 330,17	0,61%	2 695 103,46	0,58%	216 226,71
Total do Património Líquido	478 154 119,14	100,00%	463 565 095,59	100,00%	14 589 023,55

A estrutura do património líquido mantém-se estável.

O balanço consolidado do Grupo Municipal de Guimarães regista um ativo líquido de €560.767.757,94 e um resultado líquido de €3.328.863,98.

Em termos agregados o balanço consolidado quando comparado com o balanço do Município de Guimarães permite verificar o forte peso do município, cuja representatividade é superior a 90% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Rendimentos	2021 SNC-AP	Peso (%)	2020 SNC-AP	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Vendas	6 445 535,55	5,07%	6 542 016,29	5,72%	-96 480,74	-1,5%
Prestações de serviços e concessões	25 106 733,09	19,74%	21 507 000,68	18,80%	3 599 732,41	16,7%
Impostos, contribuições e taxas	41 998 123,16	33,03%	38 621 726,79	33,77%	3 376 396,37	8,7%
Trabalhos para a própria entidade	444 080,40	0,35%	140 632,38	0,12%	303 448,02	215,8%
Outros rendimentos e ganhos	10 694 929,67	8,41%	9 318 836,89	8,15%	1 376 092,78	14,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	987,68	0,00%	34 575,17	0,03%	-33 587,49	-97,1%
Transferências e subsídios correntes obtidos	42 475 319,19	33,40%	38 205 748,33	33,41%	4 269 570,86	11,2%
Total	127 165 708,74	100,00%	114 370 536,53	100,00%	12 795 172,21	11,2%

Nos rendimentos verificou-se um aumento em praticamente todos os itens no ano 2021. Tal situação resulta de um aumento dos rendimentos de 11,2%.

ESTRUTURA DE GASTOS

Gastos	2021 SNC-AP	Peso (%)	2020 SNC-AP	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Transferências e subsídios concedidos	16 090 473,36	15,89%	10 971 650,21	12,40%	5 118 823,15	46,7%
CMVMC	2 084 480,07	2,06%	1 875 002,57	2,12%	209 477,50	11,2%
Fornecimentos e serviços externos	36 851 726,85	36,39%	31 435 185,81	35,53%	5 416 541,04	17,2%
Gastos com o pessoal	42 104 526,87	41,57%	39 862 928,94	45,06%	2 241 597,93	5,6%
Outros gastos e perdas	3 350 151,20	3,31%	3 428 439,98	3,88%	-78 288,78	-2,3%
Juros e gastos similares suportados	797 233,24	0,79%	901 580,20	1,02%	-104 346,96	-11,6%
Total	101 278 591,59	100%	88 474 787,71	100%	12 803 803,88	14,5%

Na estrutura dos gastos também houve um aumento em praticamente todos os itens, à exceção das rubricas “Outros gastos e perdas” e “Juros e gastos similares suportados”.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Resultados	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP	Variação
Resultados Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento	26 291 394,95	26 998 036,30	-706 641
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	4 713 185,34	6 352 824,86	-1 639 640
Resultado Líquido do Período	3 328 863,98	5 428 786,11	-2 099 922

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Indicadores		2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
RENTABILIDADE			
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	0,70%	1,17%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	0,59%	1,00%
Rentabilidade Económica	EBITDA/ATIVO	0,84%	1,17%
Margem EBITDA	EBITDA/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	6,41%	9,53%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo Total	578,78%	582,88%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	85,27%	85,36%
Endividamento	Passivo/Ativo	14,73%	14,64%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/Gastos Financeiros	591,19%	704,63%
LIQUIDEZ			
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	192,58%	171,88%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente	189,29%	168,93%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	93,53%	78,73%

Pela análise dos rácios supracitados, podemos concluir que o Município continua com uma situação económico-financeira equilibrada e estável, com capacidade para financiar 85,27% do seu ativo com recurso ao património líquido.

A liquidez do Município evoluiu favoravelmente, destacando-se a liquidez imediata, em que para tal muito contribui o aumento das disponibilidades, com um aumento de mais de 4M.

Os indicadores de rentabilidade mantiveram-se estáveis, apesar de uma pequena redução face ao ano de 2020.

V – ANÁLISE ORÇAMENTAL CONSOLIDADA

Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações orçamentais consolidadas do período em análise, não iremos apresentar uma análise orçamental, pelo facto das demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas não serem comparáveis com as apresentadas para o período anterior, atendendo a que a Oficina, Tempo Livre e Laboratório da Paisagem aplicaram pela primeira vez a NCP 26 em 2021, implicando a perda de comparabilidade entre 2020 e 2021.

VI – FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório não são conhecidos quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do período económico de 2021.

A Comissão de Normalização Contabilística aprovou, em 25 de março de 2022, uma Recomendação sobre o tratamento dos Impactos da invasão da Ucrânia no relato Financeiro das empresas e entidades em SNC.

Nesse sentido, o Grupo Municipal de Guimarães deverá rever regularmente esses impactos e antecipar os eventuais efeitos nas previsões orçamentais vigentes.

No que respeita às Demonstrações Financeiras Consolidadas que se apresentam para o ano 2021, não houve consequências que afetassem diretamente e de forma materialmente relevante.

Guimarães, 7 de junho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Guimarães



(Dr. Domingos Bragança)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO
BALANÇO CONSOLIDADO

 Entidade: Grupo Público Município de Guimarães
 Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021

Unidade Monetária: Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		SNC-AP 31/12/2021	SNC-AP 31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente		485 528 473,68 €	472 400 208,10 €
Ativos fixos tangíveis	5	474 771 906,80 €	461 729 432,85 €
Propriedades de investimento	8	2 980 846,83 €	2 708 570,16 €
Ativos intangíveis	3	4 942 442,99 €	5 049 149,99 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras	18.1A; 20	2 444 098,05 €	2 443 098,05 €
Outros ativos financeiros	18.1E	126 038,76 €	97 992,56 €
Ativos por impostos diferidos		263 140,25 €	371 964,49 €
Ativo corrente		75 239 284,26 €	70 695 299,74 €
Inventários	10	1 283 917,38 €	1 213 937,05 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		765 406,78 €	588 743,39 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		7 927,10 €	11 208,04 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.1A; 18.1B	4 484 797,20 €	5 378 210,49 €
Estado e outros entes públicos	18.1F	1 104 871,35 €	1 339 055,69 €
Acionistas/sócios/associados		2 346,84 €	2 346,84 €
Outras contas a receber	18.1C	29 994 719,48 €	28 918 475,10 €
Diferimentos	18.1D	1 052 440,05 €	860 958,51 €
Caixa e depósitos	1.2	36 542 858,08 €	32 382 364,63 €
Total Ativo		560 767 757,94 €	543 095 507,84 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		475 242 788,97 €	460 869 992,13 €
Património/Capital	18.2	255 010 740,68 €	254 902 980,84 €
Outros instrumentos de capital próprio	18.2	0,00 €	0,00 €
Reservas	18.2	22 906 290,78 €	22 339 824,11 €
Resultados transitados	18.2	94 691 789,41 €	89 554 950,57 €
Ajustamentos em ativos financeiros	18.2	-2 000 000,00 €	-2 000 002,63 €
Outras variações no património líquido	18.2	101 305 104,12 €	90 643 453,13 €
Resultado líquido do período	18.2	3 328 863,98 €	5 428 786,11 €
Interesses que não controlam	18.2	2 911 330,17 €	2 695 103,46 €
Total Património Líquido		478 154 119,14 €	463 565 095,59 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		43 544 607,58 €	38 400 854,54 €
Provisões	15	1 461 230,40 €	1 166 410,52 €
Financiamentos obtidos	6; 7; 18.3.A1; 18.3A2	36 694 605,82 €	32 271 180,84 €
Fornecedores	18.3B		1 288 984,70 €
Fornecedores de investimentos	18.3B	1 230 848,67 €	
Outros passivos financeiros		902 802,33 €	1 378 939,86 €
Outras contas a pagar	18.3D	2 244 018,09 €	2 295 338,62 €
Diferimentos	18.3E	1 011 102,27 €	
Passivo corrente		39 069 031,22 €	41 129 557,71 €
Cretores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		2 136,89 €	74 268,35 €
Fornecedores	18.3B	3 469 714,60 €	4 348 911,02 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		467,74 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	18.3C	1 237 744,74 €	1 301 590,16 €
Financiamentos obtidos	6; 7; 18.3.A1; 18.3A2	7 108 246,13 €	7 740 879,19 €
Fornecedores de investimentos	18.3B	824 942,28 €	1 046 968,08 €
Outras contas a pagar	18.3D	9 238 278,60 €	9 300 466,26 €
Diferimentos	18.3E	12 263 829,54 €	12 999 720,80 €
Outros passivos financeiros	18.3F	4 923 670,70 €	4 316 753,85 €
Total Passivo		82 613 638,80 €	79 530 412,25 €
Total Património Líquido e Passivo		560 767 757,94 €	543 095 507,84 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: Município de Guimarães

Demonstração consolidada de resultados por natureza em 31 de dezembro de 2021

Unidade Monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Datas	
		SNC-AP 2021	SNC-AP 2020
Impostos, contribuições e taxas	14	41 998 123,16 €	38 621 726,79 €
Vendas	13	6 445 535,55 €	6 542 016,29 €
Prestações de serviços e concessões	13	25 106 733,09 €	21 507 000,68 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	42 475 319,19 €	38 205 748,33 €
Variação nos inventários da produção		-1 312,91 €	-3 190,86 €
Trabalhos para a própria entidade	14	444 080,40 €	140 632,38 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-2 084 480,07 €	-1 875 002,57 €
Fornecimentos e serviços externos	23.2	-36 851 726,85 €	-31 435 185,81 €
Gastos com pessoal	19	-42 104 526,87 €	-39 862 928,94 €
Transferências e subsídios concedidos	23.3	-16 090 473,36 €	-10 971 650,21 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-245 834,97 €	87 410,52 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	-294 819,88 €	293 933,58 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		150 000,00 €	-142 870,79 €
Outros rendimentos e ganhos	13; 14	10 694 929,67 €	9 318 836,89 €
Outros gastos e perdas		-3 350 151,20 €	-3 428 439,98 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		26 291 394,95 €	26 998 036,30 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3; 5	-21 578 209,61 €	-20 645 211,44 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		4 713 185,34 €	6 352 824,86 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	987,68 €	34 575,17 €
Juros e gastos similares suportados	7	-797 233,24 €	-901 580,20 €
Resultado antes de impostos		3 916 939,78 €	5 485 819,83 €
Imposto sobre o rendimento do período		-392 797,23 €	0,00 €
Resultado líquido do período		3 524 142,55 €	5 485 819,83 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Interesses que não controlam		195 278,57	57 033,72
Resultado líquido consolidado		3 328 863,98 €	5 428 786,11 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2020

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Entidade: Município de Guimarães

Demonstração consolidada das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2020

Unidade Monetária: Euro

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade mãe										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património subscrito	Outros instrum. de capital próprio	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		254 866 393,61	0,00	8 217 945,89	19 229 834,64	100 796 892,29	-2 000 002,63	0,00	0,00	0,00	5 275 303,32	386 386 367,12	1 751 148,01	388 137 515,13
														0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0	0,00	0,00	0,00	-5 390 110,69	-15 880 355,15	0,00	0,00	86 649 236,92	0,00	65 378 771,08			65 378 771,08
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências e subsídios de capital	18.2	0,00	0,00	0,00	0,00	156 444,77	0,00	0,00	7 988 260,30	0,00	8 144 705,07			8 144 705,07
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	-77 220,20	0,00	0,00	269 452,49	0,00	192 232,29			
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18.2	36 587,23	0,00	276 589,47	5 564,80	4 546 926,52	0,00	0,00	-4 263 496,58	-5 275 303,32	-4 673 131,88	943 955,45		-4 673 131,88
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
		36 587,23		276 589,47	-5 384 545,89	-11 254 204,06	0,00	0,00	90 643 453,13	-5 275 303,32	69 042 576,56	943 955,45		69 986 532,01
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 428 786,11	5 428 786,11		5 428 786,11
RESULTADO INTEGRAL											153 482,79	74 471 362,67		74 471 362,67
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														0,00
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	865,00			865,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	12 262,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	12 262,34	0,00	0,00	0,00	0,00	865,00			865,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		254 902 980,84	0,00	8 494 535,36	13 845 288,75	89 554 950,57	-2 000 002,63	0,00	90 643 453,13	5 428 786,11	460 869 992,13	2 695 103,46		463 565 095,59

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - 2021

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Entidade: Município de Guimarães

Demonstração consolidada das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2021

Unidade Monetária: Euro

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade mãe										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Outros instrum. de capital próprio	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		254 902 980,84	0,00	8 494 535,36	13 845 288,75	89 554 950,57	-2 000 002,63	0,00	90 643 453,13	5 428 786,11	460 869 992,13	2 695 103,46	463 565 095,59
													0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	18.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 818 177,60	0,00	10 818 177,60		10 818 177,60
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	-107 130,94	0,00	0,00	43 517,54	0,00	-63 613,40		
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18.2	107 759,84	0,00	280 671,75	285 794,92	5 254 754,25	2,63	0,00	-200 044,15	-5 275 303,32	453 635,92	216 226,71	453 635,92
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	-10 784,47	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 784,47		-10 784,47
		107 759,84		280 671,75	285 794,92	5 136 838,84	2,63	0,00	10 661 650,99	-5 275 303,32	11 197 415,65	216 226,71	11 413 642,36
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 328 863,98	3 328 863,98		3 328 863,98
RESULTADO INTEGRAL										-1 946 439,34	14 526 279,63		14 526 279,63
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													0,00
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		255 010 740,68	0,00	8 775 207,11	14 131 083,67	94 691 789,41	-2 000 000,00	0,00	101 305 104,12	3 328 863,98	475 242 788,97	2 911 330,17	478 154 119,14

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Município de Guimarães

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2021

Unidade Monetária: Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		SNC-AP 2021	SNC-AP 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		39 962 959,97 €	32 331 353,01 €
Recebimentos de contribuintes		37 204 931,50 €	35 942 635,42 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		41 639 512,12 €	37 374 170,11 €
Recebimentos de utentes		4 297 685,72 €	3 522 606,39 €
Pagamentos a fornecedores		-49 414 697,12 €	-41 311 655,52 €
Pagamentos ao pessoal		-39 830 346,39 €	-37 606 914,08 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-24 311 666,14 €	-17 520 003,17 €
Caixa gerada pelas operações		9 548 379,66 €	12 732 192,16 €
Outros recebimentos/pagamentos		6 565 812,68 €	8 797 307,36 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		16 114 192,34 €	21 529 499,52 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-28 736 420,98 €	-21 450 153,02 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-524 417,59 €	-616 992,78 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-13 018,35 €	-8 421,29 €
Pagamentos - Outros ativos		-7 290,03 €	-6 860,88 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		632 576,25 €	187 524,12 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		105 077,98 €	91 385,93 €
Recebimentos - Outros ativos		1 657,62 €	217,95 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		128 966,95 €	616 944,94 €
Recebimentos - Transferências de capital		13 868 328,21 €	10 620 365,15 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-14 544 539,94 €	-10 565 989,88 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		12 228 487,40 €	1 439 166,00 €
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €	865,00 €
Recebimentos - Doações		1 810,30 €	1 534,75 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		65 710,14 €	35 003,69 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-8 827 091,80 €	-7 500 438,04 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-765 608,08 €	-878 018,04 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00 €	-1,33 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		2 703 307,96 €	-6 901 887,97 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		4 272 960,36 €	4 061 621,67 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1	32 269 897,72 €	28 320 742,96 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	36 542 858,08 €	32 382 364,63 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		32 269 897,72 €	28 320 742,96 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		32 269 897,72 €	28 320 742,96 €
SGA De execução orçamental		27 897 944,79 €	16 334 866,77 €
SGA De operações de tesouraria		4 371 952,93 €	11 985 876,19 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		36 542 858,08 €	32 382 364,63 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		36 542 858,08 €	32 382 364,63 €
SGS De execução orçamental		40 914 811,01 €	44 368 240,82 €
SGS De operações de tesouraria		-4 371 952,93 €	-11 985 876,19 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM REFERÊNCIA 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Introdução

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Município de Guimarães, relativas ao exercício de 2021, reportado a 31 de dezembro, foram elaboradas nos termos da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As notas às demonstrações financeiras consolidadas apresentam as informações relevantes para a sua melhor compreensão.

As notas respeitam à numeração sequencial definida no SNC-AP.

As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demais demonstrações financeiras.

Todos os valores estão expressos em euros.

Nota 1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Municipal de Guimarães (GMG) foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas de consolidação de contas para a Administração Pública.

O grupo municipal é composto pelo município de Guimarães e pelas participadas nas quais o MG detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método de equivalência patrimonial).

Quadro 1.1 A - Entidades incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua inclusão	OBS.
Município de Guimarães	Largo Cónego José Maria Gomes 4800-419 Guimarães		Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).	
CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, Unipessoal, LDA., E.M.	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 354 Azurém 4800-019 Guimarães	100%	Entidade com capital detido a 100% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Vitrus Ambiente – E.M., S.A.	Av. Cónego Gaspar Estaço, n.º 606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães	100%	Entidade com capital detido a 100% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua inclusão	OBS.
Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.	Rua Rei do Pegu n.º 172 S. Sebastião 4810-025 Guimarães	90%	Entidade com capital detido a 90% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Turitermas – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada	Largo das Termas Caldas das Taipas 4805-079 Guimarães	95,47%	Entidade com capital detido a 95,54% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Turipenha – Cooperativa de Turismo de Interesse Público de Responsabilidade Limitada	Estação Inferior do Teleférico Rua Aristides Sousa Mendes n.º 37 Costa 4810-025 Guimarães	83,24%	Entidade com capital detido a 83,24% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Av. D. Afonso – Henriques n.º 701 Palácio Vila Flor 4810-431 Guimarães	84,11%	Entidade com capital detido a 84,11% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Tempo Livre – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada	Alameda Cidade de Lisboa Creixomil 4835-037 Guimarães	89%	Entidade com capital detido a 89% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada	Travessa de Vila Verde S. Sebastião 4800-435 Guimarães	88,68%	Entidade com capital detido a 88,68% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Laboratório da Paisagem	Rua da Ponte Romana, Creixomil 4835-095 Guimarães	66,67%	Percentagem de voto.	
Curtir Ciência – Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães	Rua da Ramada, n.º 166 4810-445 Guimarães	66,67%	Percentagem de voto.	

Quadro 1.1 B - Entidades incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua inclusão	OBS.
Fundação Cidade de Guimarães (a)	Palácio Vila Flor Av. D. Afonso Henriques, 701 4810-431 Guimarães	35,09%	Entidade com capital detido a 35,09% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	

(a) A Fundação Cidade de Guimarães foi extinta através do Decreto-Lei n.º 56/2014, de 10 de abril, encontrando-se em liquidação.

Quadro 1.1 C - Entidades participadas excluídas da consolidação

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua não inclusão	OBS.
Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	Universidade do Minho Campus Azurém 4800-058 Guimarães	3,76%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
CVR – Centro para a Valorização de Resíduos	Universidade do Minho Campus Azurém 4800-058 Guimarães	4,36%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
APSI UMinho – Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Campus Gualtar 4710-057 Braga	10%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
FAM – Fundo de Apoio Municipal	Rua Professor Gomes Teixeira, n.º 2 – 1º piso 1399-022 Lisboa	0,56%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Associação Fibrenamics - Instituto de Inovação Materiais Fibrosos e Compósitos	Universidade do Minho Campus Azurém 4800-058 Guimarães	0,24%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Administrações Públicas.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não existem nas contas do balanço e da demonstração de resultados conteúdos que não sejam comparáveis com os do exercício anterior, exceto no que respeita aos gastos com transportes. Foi alterado o critério de contabilização dos gastos com o PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, anteriormente classificado na conta 62.5.9. “Deslocações, estadas e transportes - outros”, agora classificado na conta 60.2.6.4 “subsídios correntes concedidos – sociedades e quase sociedades não financeiras”, no montante de € 201.972,88.

c) Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável

Conforme descrito no ponto anterior, ocorreu uma reclassificação. Por não ser relevante, as quantias comparativas, não foram reclassificadas.

d) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários do Grupo municipal de Guimarães. Importa referir que de acordo com a deliberação da câmara municipal de 13/01/2005, a importância em numerário existente em caixa, da entidade mãe, o MG, não deve ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da Câmara Municipal de Guimarães, ou seja, não deve ultrapassar o limite de 50.000,00€.

Sempre que no final do dia se apure um montante superior ao limite acima referido, o mesmo deverá ser depositado em contas bancárias tituladas pelo Município no dia útil seguinte.

e) Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o GMG apresentava os seguintes valores de caixa e de depósitos bancários:

Quadro 1.2 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2021	2020
Caixa	87 978,40 €	209 144,66 €
Depósitos à ordem	33 760 909,53 €	30 219 645,94 €
Depósitos bancários à ordem	33 760 909,53 €	30 219 645,94 €
Outros depósitos	2 693 970,15 €	1 953 574,03 €
Depósitos a prazo	42 617,24 €	42 617,24 €
Depósitos a consignados	0,00 €	0,00 €
Depósitos de garantias e cauções	2 651 352,91 €	1 910 956,79 €
Total de caixa e depósitos	36 542 858,08 €	32 382 364,63 €

Nota 2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se conforme o seguinte:

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

Compreende, essencialmente, projetos de desenvolvimento, licenças de software, programas de computador, entre outros.

Um ativo intangível, como o caso dos projetos de desenvolvimento, apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado, e se o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, começando quando o ativo está disponível para uso. Para o efeito são consideradas as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento para bens adquiridos após 01 de janeiro de 2020.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos intangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2019.

A amortização das licenças de software e programas de computador devem refletir o período pelo qual se espera que o ativo gere benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que é definida de acordo com o uso esperado desse ativo, período de utilização previsto em acordos e contratos, ou então determinada pela obsolescência resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes (ou linha reta).

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta), a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, tendo em consideração a sua obsolescência técnica ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

Contudo, na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2019, exceto os edifícios e outras construções, cuja vida útil, foi atualizada conforme o pressuposto no Classificador Complementar 2 (CC2).

Ativos Fixos Tangíveis	Vida útil CC2	CIBE
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	20 a 149 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 20 anos	5 a 14 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos	3 a 16 anos
Equipamento biológico	4 a 8 anos	-----
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos	3 a 14 anos

É prática do Município utilizar para a generalidade dos seus ativos a vida útil estipulada pelo Classificador Complementar 2 (CC2), contudo, atendendo a que este veio estipular uma vida útil de 10 a 20 anos para as infraestruturas, trazendo assim uma alteração significativa ao que vinha sendo praticado pelo Município, entendeu-se que, após parecer do Departamento de Obras Municipais, desta autarquia, determinadas infraestruturas terão uma duração superior à determinada pelo CC2, dada a natureza granítica de vários materiais utilizados na rede viária, adotando-se as vidas úteis constantes no seguinte quadro:

Natureza de material	Vida útil
Calçada à fiada	50 anos
Calçada à portuguesa de granito	50 anos
Lajeado de granito	50 anos
Cubo de granito	50 anos
Microcubo de calcário	50 anos
Pedra do chão (ex. em passeios)	20 anos
Betonilha esquartelada (ex. em passeios)	20 anos
Alvenaria de granito (ex. em muros)	150 anos
Betão ciclópico (ex. em muros)	80 anos

Os gastos de conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, nem resultem em outros benefícios económicos, como o aumento da capacidade ou potência, entre outros, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os investimentos em curso constituem ativos que se encontram na fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida.

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, não estando ao serviço da atividade operacional do GMG.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração, para os bens adquiridos após 01.01.2020, as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens.

Propriedades de Investimento	Vida útil CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas foram mensurados pelo custo de aquisição, segundo a NCP 21 que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras separadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

Acordos de Concessão de Serviços

Os acordos de concessão de serviços envolvem o concessionário que proporciona serviços públicos relacionados com um ativo de concessão em nome do concedente. O Município deve reconhecer um ativo construído, melhorado ou adquirido no âmbito de acordos de concessão de serviços, desde que o Município, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Este ativo deverá ser reconhecido pelo seu justo valor. Se se tratar de um ativo já existente do concedente, que o concessionário vai utilizar, tal ativo deve ser reconhecido como ativo de concessão de serviços através de uma transferência da rubrica onde estava registado e pela quantia por que estava registado. Após reconhecimento ou reclassificação, conforme o caso, o ativo de concessão de serviços deve ser contabilizado de acordo com a NCP respetiva (Ativos Fixos Tangíveis ou Ativos Intangíveis), numa classe de ativos separada.

Quando se reconhece um ativo de concessão de serviços, deve reconhecer-se um passivo pela mesma quantia, ajustado de eventual remuneração do concedente ao concessionário ou vice-versa. Se se tratar de um ativo de concessão de serviços já existente do concedente, não se reconhece qualquer passivo (exceto se existir qualquer nova obrigação).

Imparidade de Ativos

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber.

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando deve ser reconhecido. Como tal, este é reconhecido quando for provável que derivem para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Foi utilizada a melhor estimativa do risco fornecida pela Divisão Jurídica e pelas Sociedades de Advogados contratadas em regime de avença.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Dívidas a Receber e a Pagar

As dívidas a receber são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Acréscimos

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores.

Foram considerados em acréscimos de rendimentos relativos a impostos diretos correspondentes ao mês de dezembro e recebidos apenas em janeiro de 2022, bem como a imputação do rendimento relativo ao Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama do ano 2021 cuja cobrança apenas ocorrerá em 2022, transferências no âmbito de contratos de emprego e inserção, refeições escolares relativas a 2021, entre outros.

Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados que em 31 de dezembro de 2021 os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2022, consumo de eletricidade, água, comunicações, prestações de serviços, cuja despesa apenas irá ocorrer no exercício seguinte.

Diferimentos

Compreende os gastos e os rendimentos que devam ser reconhecidos em 2022 ou seguintes, em cumprimento do regime do acréscimo ou periodização económica, cujo documento vinculativo já ocorreu em 2021, nomeadamente, rendas, prestações de serviços, entre outros.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição, horas extraordinárias, senhas de presença, despesas de representação, ajudas de custo, abono para falhas, subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Foi adotado o custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período de relato e do custo de itens semelhantes comprados durante esse período.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes.

A preparação das demonstrações financeiras teve em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações. O GMG continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

O GMG registou os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. Nestas situações, estas alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente anexo.

Desta forma, é proporcionada informação fiável e relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos, os passivos, os rendimentos e os gastos não foram sujeitos a compensação, sendo divulgados separadamente, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio de Continuidade, as políticas foram adotadas de modo consistente ao longo do tempo.

2.3 Julgamento (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Não foram efetuados juízos de valor.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações foram elaboradas numa perspetiva de continuidade.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros.

Foi aplicada pela primeira vez a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, mas apenas para um dos contratos de concessão - o referente à exploração do crematório de Guimarães, dado que para os restantes contratos não temos reunidas todas as informações relevantes e necessárias para dar a aplicação normativa respetiva.

Assim, relativamente a este contrato, celebrado em 15 de maio de 2018, e cuja construção do edifício se iniciou em julho de 2020, tendo o valor dos ativos da concessão ascendido a cerca de 380.000,00€ a 31.12.2020 (valor não relevado contabilisticamente em 2020 pela sua imaterialidade). A 31.12.2021, os bens relativos a este contrato ascendem a 1.011.102,27€ (tendo sido movimentadas as seguintes contas: a débito na 45.3.1.2.6 Ativos fixos tangíveis em curso por contrapartida da conta 28.2.4.99 Rendimentos a reconhecer – Acordos de concessão de serviços – outros). O crematório não se encontrava concluído a 31.12.2021 e a sua abertura ocorreu em 15 de janeiro de 2022.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante a ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Não foram efetuadas alterações.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores.

Durante o presente período não foram identificados erros materiais de períodos anteriores.

Nota - 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, dispêndios com programas de computador e sistemas de informação, bem como projetos de desenvolvimento entre outros, estando reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

A norma dos ativos intangíveis (NPC 3) veio determinar o tratamento contabilístico a dar a este tipo de ativos, estipulando que não deve ser reconhecido qualquer ativo intangível na fase da pesquisa, pois a entidade não pode demonstrar que esse ativo gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que o dispêndio em pesquisa, deverá ser reconhecido como um gasto.

Vida útil

Para os ativos intangíveis adquiridos após 01/01/2020, o período de vida útil é definido pelo previsto no CC2. Para os anos anteriores é o definido pelo CIBE.

Contudo, importa referir que para as licenças de software e programas de computador, o período de vida útil é determinado pelo serviço do Município responsável pela sua gestão e em função do tempo em que tiver lugar a utilização.

Nas fichas de cadastro, para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta a informação atualizada relativa à sua vida útil, valor de aquisição, amortização acumulada, valor líquido, bem como outras informações.

Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

Variação das amortizações

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a variação na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, é apresentada nos seguintes quadros:

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas - 2020

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	1 632 884,74 €	1 513 663,57 €	0,00 €	119 221,17 €	1 962 033,69 €	1 667 127,14 €	0,00 €	294 906,55 €
Programas de computador e sistemas de informação	4 270 724,66 €	2 931 685,27 €	0,00 €	1 339 039,39 €	4 616 931,60 €	3 121 520,44 €	0,00 €	1 495 411,16 €
Propriedade industrial e intelectual	208 815,10 €	30 130,02 €	0,00 €	178 685,08 €	208 915,10 €	38 742,40 €	0,00 €	170 172,70 €
Outros	3 989 154,74 €	1 115 023,35 €	0,00 €	2 874 131,39 €	4 050 654,74 €	1 236 876,29 €	0,00 €	2 813 778,45 €
Ativos intangíveis em curso	687 085,19 €	0,00 €	0,00 €	687 085,19 €	274 881,13 €	0,00 €	0,00 €	274 881,13 €
TOTAL	10 788 664,43 €	5 590 502,21 €	0,00 €	5 198 162,22 €	11 113 416,26 €	6 064 266,27 €	0,00 €	5 049 149,99 €

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas - 2021

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	1 968 397,99 €	1 673 491,44 €	0,00 €	294 906,55 €	1 999 240,24 €	1 802 928,04 €	0,00 €	196 312,20 €
Programas de computador e sistemas de informação	4 621 611,84 €	3 126 200,68 €	0,00 €	1 495 411,16 €	4 739 254,74 €	3 364 859,06 €	0,00 €	1 374 395,68 €
Propriedade industrial e intelectual	208 915,10 €	38 742,40 €	0,00 €	170 172,70 €	208 915,10 €	47 274,00 €	0,00 €	161 641,10 €
Outros	4 055 839,49 €	1 242 061,04 €	0,00 €	2 813 778,45 €	4 054 841,89 €	1 363 073,80 €	0,00 €	2 691 768,09 €
Ativos intangíveis em curso	274 881,13 €	0,00 €	0,00 €	274 881,13 €	518 325,92 €	0,00 €	0,00 €	518 325,92 €
Total	11 129 645,55 €	6 080 495,56 €	0,00 €	5 049 149,99 €	11 520 577,89 €	6 578 134,90 €	0,00 €	4 942 442,99 €

Quantia escriturada e variações do período

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período - 2020

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)		
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	119 221,17 €	0,00 €	335 513,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-159 827,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	294 906,55 €
Programas de computador e sistemas de informação	1 337 692,64 €	199 647,68 €	234 770,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-252 587,54 €	0,00 €	-24 111,73 €	0,00 €	1 495 411,16 €
Propriedade industrial e intelectual	178 685,08 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 612,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	170 172,70 €
Outros	2 874 131,39 €	0,00 €	61 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-121 852,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 813 778,45 €
Ativos intangíveis em curso	690 160,19 €	398 656,02 €	-813 935,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	274 881,13 €
TOTAL	5 199 890,47 €	598 403,70 €	-182 151,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-542 880,73 €	0,00 €	-24 111,73 €	0,00 €	5 049 149,99 €

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período - 2021

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)		
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	294 906,55 €	30 842,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-129 436,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	196 312,20 €
Programas de computador e sistemas de informação	1 495 411,16 €	90 224,97 €	29 058,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-240 299,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 374 395,68 €
Propriedade industrial e intelectual	170 172,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 531,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	161 641,10 €
Outros	2 813 778,45 €	2 808,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-121 221,93 €	0,00 €	-3 596,43 €	0,00 €	2 691 768,09 €
Ativos intangíveis em curso	274 881,13 €	315 113,34 €	-29 058,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-42 609,80 €	0,00 €	518 325,92 €
TOTAL	5 049 149,99 €	438 988,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-499 489,33 €	0,00 €	-46 206,23 €	0,00 €	4 942 442,99 €

Desagregação das adições

A desagregação das adições ocorridas nos períodos de 2020 e 2021 constam dos quadros seguintes:

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições - 2020

RUBRICAS (1)	Adições										Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)		
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	103 162,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	96 484,77 €	0,00 €	199 647,68 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100,00 €	0,00 €	100,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	398 656,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	398 656,02 €
TOTAL	0,00 €	501 818,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	96 584,77 €	0,00 €	598 403,70 €

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições - 2021

RUBRICAS (1)	Adições										Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)		
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	35 342,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35 342,25 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	77 863,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 861,91 €	0,00 €	85 724,97 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 808,00 €	0,00 €	2 808,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	315 113,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	315 113,34 €
TOTAL	0,00 €	428 318,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 669,91 €	0,00 €	438 988,56 €

Desagregação das diminuições

Nos seguintes quadros, encontram-se as diminuições dos períodos de 2020 e 2021:

Quadro 3.2B – Ativos intangíveis – diminuições - 2020

RUBRICAS (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (2) + (3) + (4) + (5)
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-24 111,73 €	-24 111,73 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-24 111,73 €	-24 111,73 €

Quadro 3.2B – Ativos intangíveis – diminuições - 2021

RUBRICAS (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (2) + (3) + (4) + (5)
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 596,43 €	-3 596,43 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-42 609,80 €	-42 609,80 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-46 206,23 €	-46 206,23 €

De referir que o equipamento abatido se deveu essencialmente a softwares que já não se encontravam em uso, por se verificar uma obsolescência tecnológica dos mesmos.

Nota - 4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, apenas a recebimentos.

O modelo de compensação dos concessionários é o da atribuição de um direito.

Quadro 4.1 - Concessões – Concedente

	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de energia elétrica, compreendendo a área de Moreira de Cónegos	A Elétrica de Moreira de Cónegos, C.R.L	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública.	5 anos				
Exploração da concessão de distribuição de energia elétrica	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública. Postos de transformação e os direitos sobre os locais onde se encontram implantadas as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.	20 anos				
Concessão, construção e exploração do crematório de Guimarães	Servilusa - Crematório de Guimarães, Lda.	Terreno, infraestrutura e outros equipamentos.	25 anos				

A construção do edifício inerente à concessão do crematório a 31.12.2021 ascendeu a 1.011.102,27€, iniciou-se em julho de 2020, no entanto não está ainda concluída à data do presente relatório. A 31.12.2020 o valor era de 380.000,00€, não tendo sido relevado contabilisticamente.

A concessão identificada de energia elétrica em baixa tensão, cuja concessionária é a E-Redes, enquadra-se na NCP 4, e, por consequência os ativos são considerados de concessão de serviços. Não obstante, considerando que até à data da preparação e apresentação do presente relatório e contas não foi disponibilizado pela concessionária informação completa, oportuna e que permita a sua verificabilidade optou-se por divulgar somente a informação constante do quadro anterior.

Não obstante, para futuro, dispõe o artigo 285.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2019/944 e a Diretiva (UE) 2018/2001, que, em relação às concessões das redes de distribuição em baixa tensão:

"1 - São prorrogados, sem necessidade de ulteriores termos, os contratos de concessão das redes de distribuição de eletricidade em BT, incluindo aqueles para os quais já haja transcorrido o seu prazo.

2 - A prorrogação operada pelo número anterior tem a duração necessária à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, na sequência de concurso público para a sua atribuição.

3 - Até à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, o concessionário da rede de distribuição de eletricidade em BT remete, anualmente, ao concedente o cadastro atualizado, em formato digital aberto, discriminando:

Ativos específicos de uma concessão, onde se incluem todos os ativos identificados como estando afetos a uma concessão específica;

Ativos partilhados por conjuntos de concessões, mediante a identificação dos ativos que estão a ser alvo de uma utilização partilhada e das respetivas concessões que estão a beneficiar dessa utilização;

Ativos partilhados por todas as concessões, onde se incluem os ativos que têm uma utilização em todo o território continental.

..."

Este enquadramento legislativo e o seu cumprimento pela concessionária em relação ao envio da informação prevista no n.º 3 do aludido artigo 285.º permitirá no futuro uma reavaliação e ponderação dos reconhecimentos a efetuar.

De referir ainda que, em 2021 foi celebrado um contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros no Município de Guimarães pelo montante de 15.105.766,94€ + iva com empresa GUIMABUS – Empresa de Transportes de Guimarães, Unipessoal, Lda. com início em 01/01/2022.

Nota - 5 — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo municipal de Guimarães encontram-se reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e qualquer eventual perda por imparidade. O custo inclui o custo de compra, e outros custos necessários para colocarem o ativo a funcionar da forma pretendida.

Os ativos adquiridos sem contraprestação são valorizados pelo VPT (Valor Patrimonial Tributário) ou pelo seu justo valor.

Os custos subsequentes ao início de funcionamento do ativo, são devidamente analisados em função dos benefícios económicos ou potencial de serviço que irão trazer para o ativo, determinando-se se se trata de um custo de reparação e manutenção, sendo deste modo considerado um gasto, ou se, pelo contrário, se se trata de uma benfeitoria ao bem e como tal será reconhecido como ativo.

Importa ainda referir que, pese embora a Portaria 189/2016, de 14 de julho (Normas de Enquadramento ao PCM), estabeleça que os bens que tenham um valor individual inferior a 100,00€ devam ser registados na conta 623 Materiais de Consumo, o Município optou por dar continuidade ao que já vinha sendo praticado, e apenas não são considerados na classe 4, na sua generalidade, os bens cujo valor seja inferior a 10,00€. Não obstante, também se dispensa a inventariação de bens cujo controlo rigoroso e exaustivo se revela inexequível, tais como, materiais didáticos (puzzles, jogos de frutas e números, cubos, fio de prumo, etc.), instrumentos musicais (clavas, maracas, pandeiretas, ferrinhos, etc.), materiais desportivos (bolas, arcos, cordas, andas, etc.), e bens cuja frequente mobilidade torna difícil o seu controlo, tais como, carimbos (valor inferior a 25,00€), ratos e teclados (valor inferior a 20,00€), cartões de memória, pilhas recarregáveis ou cujo desgaste não justifique o seu reconhecimento, tais como, redes de balizas, brocas de perfuração, entre outros.

Vida útil

Para a generalidades dos ativos fixos tangíveis, o período de vida útil é o previsto no Classificador Complementar 2 (CC2), exceto as infraestruturas rodoviárias, tal como já mencionado na nota 2, em que as vidas úteis das depreciações poderão variar entre 20 e 150 anos.

À data do presente relato as fichas de cadastro de cada bem encontram-se atualizadas com informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, valor de aquisição, depreciação acumulada, valor líquido, entre outras informações.

Métodos de depreciação

As depreciações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

Variação das depreciações

A variação da quantia escriturada e depreciações dos ativos fixos tangíveis, durante os períodos económicos de 2020 e 2021, é apresentada nos seguintes quadros.

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas - 2020

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	12 282 955,76 €	0,00 €	0,00 €	12 282 955,76 €	12 670 879,09 €	0,00 €	0,00 €	12 670 879,09 €
Edifícios e outras construções	13 954 880,75 €	8 666 391,15 €	0,00 €	5 288 489,60 €	14 003 274,63 €	9 053 399,71 €	0,00 €	4 949 874,92 €
Infraestruturas	313 814 413,01 €	176 150 931,47 €	0,00 €	137 663 481,54 €	315 243 340,56 €	183 583 717,64 €	0,00 €	131 659 622,92 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 658,00 €	0,00 €	0,00 €	5 658,00 €
Outros bens de domínio público em curso	1 159 932,61 €	0,00 €	0,00 €	1 159 932,61 €	4 599 285,33 €	0,00 €	0,00 €	4 599 285,33 €
	341 212 182,13 €	184 817 322,62 €	0,00 €	156 394 859,51 €	346 522 437,61 €	192 637 117,35 €	0,00 €	153 885 320,26 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	47 842 027,61 €	0,00 €	0,00 €	47 842 027,61 €	48 039 163,05 €	0,00 €	0,00 €	48 039 163,05 €
Edifícios e outras construções	244 010 809,43 €	54 555 762,81 €	215 128,37 €	189 239 918,25 €	247 936 255,42 €	58 870 571,58 €	215 128,37 €	188 850 555,47 €
Equipamento básico	110 834 706,03 €	64 448 402,84 €	649 615,41 €	45 736 687,78 €	116 290 917,94 €	69 877 880,70 €	649 615,41 €	45 763 421,83 €
Equipamento de transporte	11 328 320,21 €	7 958 170,39 €	0,00 €	3 370 149,82 €	10 894 001,54 €	7 933 699,32 €	0,00 €	2 960 302,22 €
Equipamento administrativo	7 878 232,90 €	6 943 069,85 €	0,00 €	935 163,05 €	8 100 592,51 €	7 267 742,54 €	0,00 €	832 849,97 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	22 484 106,40 €	15 531 482,47 €	9 757,26 €	6 942 866,67 €	23 006 642,57 €	16 585 798,52 €	9 757,26 €	6 411 086,79 €
Ativos fixos tangíveis em curso	7 500 911,76 €	0,00 €	0,00 €	7 500 911,76 €	14 986 733,26 €	0,00 €	0,00 €	14 986 733,26 €
	451 879 114,34 €	149 436 888,36 €	874 501,04 €	301 567 724,94 €	469 254 306,29 €	160 535 692,66 €	874 501,04 €	307 844 112,59 €
TOTAL	793 091 296,47 €	334 254 210,98 €	874 501,04 €	457 962 584,45 €	815 776 743,90 €	353 172 810,01 €	874 501,04 €	461 729 432,85 €

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas - 2021

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	12 670 879,09 €	0,00 €	0,00 €	12 670 879,09 €	13 274 857,95 €	0,00 €	0,00 €	13 274 857,95 €
Edifícios e outras construções	14 003 274,63 €	9 053 399,71 €	0,00 €	4 949 874,92 €	14 162 047,75 €	9 461 971,35 €	0,00 €	4 700 076,40 €
Infraestruturas	315 243 340,56 €	183 583 717,64 €	0,00 €	131 659 622,92 €	321 115 072,68 €	191 716 242,34 €	0,00 €	129 398 830,34 €
Património histórico, artístico e cultural	5 658,00 €	0,00 €	0,00 €	5 658,00 €	9 778,50 €	0,00 €	0,00 €	9 778,50 €
Outros bens de domínio público em curso	4 599 285,33 €	0,00 €	0,00 €	4 599 285,33 €	8 569 802,75 €	0,00 €	0,00 €	8 569 802,75 €
	346 522 437,61 €	192 637 117,35 €	0,00 €	153 885 320,26 €	357 131 559,63 €	201 178 213,69 €	0,00 €	155 953 345,94 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 011 102,27 €	0,00 €	0,00 €	1 011 102,27 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 011 102,27 €	0,00 €	0,00 €	1 011 102,27 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	48 039 163,05 €	0,00 €	0,00 €	48 039 163,05 €	50 063 645,70 €	0,00 €	0,00 €	50 063 645,70 €
Edifícios e outras construções	247 936 255,42 €	58 870 571,58 €	215 128,37 €	188 850 555,47 €	253 906 031,92 €	63 557 077,16 €	215 128,37 €	190 133 826,39 €
Equipamento básico	116 290 917,94 €	69 877 880,70 €	649 615,41 €	45 763 421,83 €	121 837 850,37 €	75 527 311,75 €	649 615,41 €	45 660 923,21 €
Equipamento de transporte	10 894 001,54 €	7 933 699,32 €	0,00 €	2 960 302,22 €	11 235 221,97 €	8 555 668,54 €	0,00 €	2 679 553,43 €
Equipamento administrativo	8 100 592,51 €	7 267 742,54 €	0,00 €	832 849,97 €	8 530 560,18 €	7 570 062,10 €	0,00 €	960 498,08 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31 591,92 €	200,46 €	0,00 €	31 391,46 €
Outros	23 006 642,57 €	16 585 798,52 €	9 757,26 €	6 411 086,79 €	23 577 801,95 €	17 683 617,34 €	9 757,26 €	5 884 427,35 €
Ativos fixos tangíveis em curso	14 986 733,26 €	0,00 €	0,00 €	14 986 733,26 €	22 393 192,97 €	0,00 €	0,00 €	22 393 192,97 €
	469 254 306,29 €	180 535 692,66 €	874 501,04 €	307 844 112,59 €	491 575 896,98 €	172 893 937,35 €	874 501,04 €	317 807 458,59 €
TOTAL	815 776 743,90 €	353 172 810,01 €	874 501,04 €	461 729 432,85 €	849 718 558,88 €	374 072 151,04 €	874 501,04 €	474 771 906,80 €

Quantia escriturada e variações do período

Os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações do período, foram os seguintes:

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período - 2020

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações no período								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	12 282 955,76 €	388 277,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-354,20 €	12 670 879,09 €
Edifícios e outras construções	5 288 489,60 €	10 263,88 €	38 130,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-387 008,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 949 874,92 €
Infraestruturas	137 663 481,54 €	401 208,30 €	1 030 132,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 434 345,63 €	0,00 €	0,00 €	-853,94 €	131 659 622,92 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00 €	5 658,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 658,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	1 159 932,61 €	4 862 573,51 €	-1 423 220,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 599 285,33 €
	156 394 859,51 €	5 667 981,22 €	-354 958,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 821 354,19 €	0,00 €	0,00 €	-1 208,14 €	153 885 320,26 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	47 842 027,61 €	1 024 465,35 €	379,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-827 709,27 €	48 039 163,05 €
Edifícios e outras construções	189 239 918,25 €	1 705 208,78 €	2 480 667,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4 537 691,31 €	0,00 €	0,00 €	-37 547,58 €	188 850 555,47 €
Equipamento básico	45 736 687,78 €	5 413 400,27 €	115 044,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-5 500 782,95 €	0,00 €	0,00 €	-927,42 €	45 763 421,83 €
Equipamento de transporte	3 370 149,82 €	350 637,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-760 485,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 960 302,22 €
Equipamento administrativo	935 163,05 €	273 970,38 €	26 454,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-402 140,05 €	0,00 €	0,00 €	-597,66 €	832 849,97 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	6 942 866,67 €	367 304,50 €	170 099,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 068 919,78 €	0,00 €	0,00 €	-263,92 €	6 411 086,79 €
Ativos fixos tangíveis em curso	7 500 911,76 €	10 550 441,19 €	-3 064 619,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 986 733,26 €
	301 567 724,94 €	19 685 428,13 €	-271 975,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 270 019,35 €	0,00 €	0,00 €	-867 045,85 €	307 844 112,59 €
TOTAL	457 962 584,45 €	25 353 409,35 €	-626 933,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-20 091 373,54 €	0,00 €	0,00 €	-868 253,99 €	461 729 432,85 €

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período - 2021

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações no período								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	12 670 879,09 €	604 544,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-565,86 €	13 274 857,95 €
Edifícios e outras construções	4 949 874,92 €	30 363,71 €	128 409,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-408 571,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 700 076,40 €
Infraestruturas	131 659 622,92 €	890 481,09 €	4 981 251,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 125 977,54 €	0,00 €	0,00 €	-6 547,16 €	129 398 830,34 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	5 658,00 €	4 120,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 778,50 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	4 599 285,33 €	10 284 626,42 €	-6 314 109,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 569 802,75 €
	153 885 320,26 €	11 814 136,44 €	-1 204 448,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 534 549,18 €	0,00 €	0,00 €	-7 113,02 €	155 953 345,94 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	1 011 102,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 011 102,27 €
	0,00 €	1 011 102,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 011 102,27 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	48 039 163,05 €	2 317 402,74 €	2 862,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-295 782,09 €	50 063 645,70 €
Edifícios e outras construções	188 850 555,47 €	2 356 519,78 €	3 797 032,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4 676 766,59 €	0,00 €	0,00 €	-193 515,12 €	190 133 826,39 €
Equipamento básico	45 763 421,83 €	5 264 552,07 €	348 431,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-5 694 148,74 €	0,00 €	0,00 €	-21 333,42 €	45 660 923,21 €
Equipamento de transporte	2 960 302,22 €	423 163,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-703 912,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 679 553,43 €
Equipamento administrativo	832 849,97 €	539 357,11 €	8 855,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-413 364,19 €	0,00 €	0,00 €	-7 200,65 €	960 498,08 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	6 010,20 €	25 581,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-200,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31 391,46 €
Outros	6 411 086,79 €	290 483,57 €	301 536,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 112 250,82 €	0,00 €	0,00 €	-6 429,05 €	5 884 427,35 €
Ativos fixos tangíveis em curso	14 986 733,26 €	11 617 903,08 €	-4 210 243,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 200,00 €	22 393 192,97 €
	307 844 112,59 €	22 815 392,19 €	274 057,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 600 643,23 €	0,00 €	0,00 €	-525 460,33 €	317 807 458,59 €
TOTAL	461 729 432,85 €	35 640 630,90 €	-930 391,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-21 135 192,41 €	0,00 €	0,00 €	-532 573,35 €	474 771 906,80 €

Desagregação das adições

A desagregação das adições ocorridas nos períodos de 2020 e 2021 constam dos quadros seguintes:

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições - 2020

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	202 365,91 €	0,00 €	26 804,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	159 106,95 €	388 277,53 €
Edifícios e outras construções	9 036,34 €	1 227,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 263,88 €
Infraestruturas	53 240,50 €	342 063,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 904,00 €	401 208,30 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 658,00 €	5 658,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	4 862 573,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 862 573,51 €
	62 276,84 €	5 408 230,76 €	0,00 €	26 804,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	170 668,95 €	5 667 981,22 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	574 772,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	375 000,00 €	0,00 €	0,00 €	74 693,32 €	1 024 465,35 €
Edifícios e outras construções	26 197,63 €	265 048,78 €	0,00 €	254 617,87 €	0,00 €	0,00 €	1 125 000,00 €	0,00 €	0,00 €	34 344,50 €	1 705 208,78 €
Equipamento básico	0,00 €	5 225 720,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	186 615,03 €	0,00 €	1 065,20 €	5 413 400,27 €
Equipamento de transporte	18 043,04 €	332 594,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	350 637,66 €
Equipamento administrativo	0,00 €	270 267,16 €	0,00 €	385,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 317,27 €	273 970,38 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	367 304,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	367 304,50 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	10 550 441,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 550 441,19 €
	44 240,67 €	17 586 148,32 €	0,00 €	255 003,82 €	0,00 €	0,00 €	1 500 000,00 €	186 615,03 €	0,00 €	113 420,29 €	19 685 428,13 €
TOTAL	106 517,51 €	22 994 379,08 €	0,00 €	281 808,49 €	0,00 €	0,00 €	1 500 000,00 €	186 615,03 €	0,00 €	284 089,24 €	25 353 409,35 €

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições - 2021

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	446 264,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 690,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	134 589,74 €	604 544,72 €
Edifícios e outras construções	14 245,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 118,36 €	30 363,71 €
Infraestruturas	105 396,39 €	92 244,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	692 840,13 €	890 481,09 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	4 120,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 120,50 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	10 284 626,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 284 626,42 €
	119 641,74 €	10 827 255,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 690,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	843 548,23 €	11 814 136,44 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 011 102,27 €	1 011 102,27 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 011 102,27 €	1 011 102,27 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	2 274 076,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	43 326,73 €	2 317 402,74 €
Edifícios e outras construções	255 793,80 €	1 995 777,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	104 948,31 €	2 356 519,78 €
Equipamento básico	50 947,95 €	5 176 595,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 017,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34 990,95 €	5 264 552,07 €
Equipamento de transporte	0,00 €	423 163,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	423 163,64 €
Equipamento administrativo	0,00 €	518 157,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	21 200,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	539 357,11 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	6 010,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 010,20 €
Outros	0,00 €	286 642,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 841,44 €	290 483,57 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	11 617 903,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 617 903,08 €
	306 741,75 €	22 298 325,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 217,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	187 107,43 €	22 815 392,19 €
TOTAL	426 383,49 €	33 125 581,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	46 908,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 041 757,93 €	35 640 630,90 €

Desagregação das diminuições

Nos seguintes quadros, encontram-se as diminuições do período de 2020 e 2021:

Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições - 2020

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Diminuições					Total (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-354,20 €	-354,20 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-853,94 €	-853,94 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 208,14 €	-1 208,14 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-264 735,93 €	-408 168,00 €	0,00 €	0,00 €	-154 805,34 €	-827 709,27 €
Edifícios e outras construções	-853,94 €	-36 693,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-37 547,58 €
Equipamento básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-927,42 €	-927,42 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-597,66 €	-597,66 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-263,92 €	-263,92 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	-265 589,87 €	-444 861,64 €	0,00 €	0,00 €	-156 594,34 €	-867 045,85 €
TOTAL	-265 589,87 €	-444 861,64 €	0,00 €	0,00 €	-157 802,48 €	-868 253,99 €

Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições - 2021

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Diminuições					Total (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-565,86 €	-565,86 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 547,16 €	-6 547,16 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 113,02 €	-7 113,02 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	-21 890,60 €	0,00 €	0,00 €	-273 891,49 €	-295 782,09 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-193 515,12 €	-193 515,12 €
Equipamento básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-21 333,42 €	-21 333,42 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 200,65 €	-7 200,65 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 429,05 €	-6 429,05 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 200,00 €	-1 200,00 €
	0,00 €	-21 890,60 €	0,00 €	0,00 €	-503 569,73 €	-525 460,33 €
TOTAL	0,00 €	-21 890,60 €	0,00 €	0,00 €	-510 682,75 €	-532 573,35 €

Nota - 6 — Locações

6.1 – Locações Financeiras

Quadro 6.1 – Locações financeiras – Locatário

Rubricas	Quantia escriturada líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
Locação financeira Ctr.1860092000_25-UF-00	4 792,49 €	3 694,84	66,66	3 694,84	66,66	1 097,65	0,00 €	-	1 097,65	0,00 €	0,00 €
Contrato locação 1014186 - Edifício sede Vimágua	2 472 089,55 €	195 298,87 €	14 817,17 €	1 507 299,93 €	84 683,40 €	197 635,63 €	814 474,52 €	127 051,07 €	1 139 161,22 €	1 139 161,22 €	0,00 €
Contrato de Aluguer de viatura ALF19650535001	13 002,65 €	5 650,88 €	391,64 €	15 686,12 €	1 432,49 €	5 750,00 €	1 601,77 €	0,00 €	7 351,77 €	7 351,77 €	0,00 €
Contrato 10027145	10 245,90 €	2 753,38 €	191,97 €	2 753,38 €	191,97 €	3 450,00 €	4 042,52 €		7 492,52 €	7 492,52 €	
Locação financeira 100126979 - Grelha Multiusos	74 931,03 €	20 693,93 €	2 039,94 €	20 693,93 €	2 039,94 €	17 480,99 €	36 756,11 €	-	54 237,10 €	54 237,10 €	-
Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor extra 15m3	68 797,76 €	25 011,44 €	492,34 €	156 902,52 €	7 350,30 €	25 369,24 €	10 100,24 €	0,00 €	35 469,48 €		
Viatura ligeira merc. Mitsubishi (41-SO-86)	18 729,93 €	7 819,21 €	126,71 €	38 005,33 €	1 325,29 €	4 805,90 €	0,00 €	0,00 €	4 805,90 €		
Viatura pesada 19 ton. Volvo (69-TJ-24)	111 957,68 €	35 270,37 €	497,08 €	164 423,05 €	4 368,55 €	30 575,84 €	0,00 €	0,00 €	30 575,84 €		
40 contentores ("moloks")	96 560,12 €	36 297,56 €	456,31 €	39 371,21 €	456,31 €	36 483,21 €	35 829,58 €	0,00 €	72 312,79 €		
43 contentores ("moloks")	115 796,04 €	14 631,45 €	85,35 €	14 631,45 €	85,35 €	58 464,03 €	46 435,92 €		104 899,95 €		
Viatura pesada 19 ton. Volvo (AJ-49-UO)	213 791,22 €	5 942,17 €		5 942,17 €		70 839,16 €	140 633,47 €		211 472,63 €		
Total	2 866 314,62 €	328 795,64 €	19 013,16 €	1 945 135,47 €	101 848,25 €	450 854,00 €	902 804,74 €	127 051,07 €	1 351 406,62 €	1 208 242,61 €	0,00 €

6.2 – Locações operacionais

Quadro 6.2.1 – Locações operacionais – Locatário

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento Informático (NCD 11019)	318 262,50	67 896,00		12 730,50		63 652,50	173 983,50		237 636,00	
Equipamento Informático (NCD 9024)	442 222,65	95 792,28		283 756,10		62 674,27			62 674,27	
Tendas (NCD 11328)	10 086,00	10 086,00							0,00	
Tendas (NCD 11452)	4 612,50	4 612,50							0,00	
Tendas	23 616,00	23 616,00							0,00	
Estrutura Modular	24 434,88	20 345,25				4 089,63			4 089,63	
Máquina c/motorista	40 285,56	40 285,56							0,00	
Contentor	5 990,10	4 372,65				1 617,45			1 617,45	
Unidades Sanitárias	14 135,51	14 135,51							0,00	
Salas	4 305,00	4 305,00							0,00	
Palcos	2 460,00	2 460,00							0,00	
Pianos	4 993,92	4 993,92							0,00	
Equipamento Proteção Incêndio	8 750,22	8 750,22							0,00	
Equipamento Básico (outros)	2 166,72	2 166,72							0,00	
Edifícios (NCD 8974)	659 420,00	32 992,50		105 000,00		34 667,50	227 400,00	259 360,00	521 427,50	
Edifícios (NCD 8051)	14 645,04	7 475,07		7 169,97					0,00	
Edifícios (NCD 8523)	159 666,72	9 548,64		37 634,19		9 788,61	47 743,20	54 952,08	112 483,89	
Edifícios (NCD 12160)	51 000,00	17 000,00				34 000,00			34 000,00	
Edifícios (NCD 12128)	15 600,00	79,61				1 740,39	7 800,00	5 980,00	15 520,39	
Edifícios (NCD 8395)	8 640,00	5 040,00							0,00	
Edifícios (NCD 12019)	49 730,82	19 924,82				29 806,00			29 806,00	
Edifícios (NCD 8321)	1 785 000,00	91 092,96		482 582,64		90 630,72	453 153,60	667 540,08	1 211 324,40	
Edifícios (NCD 9073)	25 615,03	17 076,29		8 184,09		354,65			354,65	
Terrenos (NCD 12127)	9 720,00	216,00				216,00	1 080,00	8 208,00	9 504,00	
Terrenos (NCD 10181)	25 110,00	1 674,00		3 348,00		1 674,00	8 370,00	10 044,00	20 088,00	
Terrenos (NCD 10512)	13 725,00	915,00		1 830,00		915,00	4 575,00	5 490,00	10 980,00	
Loja	4 336,80	4 336,80							0,00	
Outros (Subconcessão Linha Férrea NCD 8989)	95 325,00	3 910,16		15 658,90		3 910,16	19 550,80	52 294,98	75 755,94	
2 Compactadores monobloco ACJ20	49 815,00	9 963,00		49 815,00		877,50			877,50	
3 Viaturas ligeiras mercadoria	68 208,03	12 533,60		49 869,29		12 533,60	5 805,13		18 338,73	
Contentores resíduos	80 825,76	40 412,88		43 780,62		37 045,14			37 045,14	
2 Viaturas ligeiras mercadoria	1 107,00	6 642,00		6 642,00		553,50			553,50	
Total	4 023 811,76	584 650,94	0,00	1 108 001,30	0,00	390 746,62	949 461,23	1 063 869,14	2 404 076,99	0,00

Quadro 6.2.2 – Locações operacionais – Locador

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Arrecadação da Cruz de Pedra - Creixomil	630,00	18,00		594,00		18,00	0,00	0,00	18,00	
Casa na Mãe D' Água - Oliveira	470,00	30,00		410,00		30,00	0,00	0,00	30,00	
Loja A4 - Plataforma das Artes e da Criatividade	65 005,67	6 361,20		20 295,83		6 391,44	25 565,76	6 391,44	38 348,64	
Restaurante/cafetaria - Plataforma das Artes e da Criatividade	202 398,11	31 518,76		40 971,87		25 981,24	103 926,24	0,00	129 907,48	
Bar - Plataforma das Artes e da Criatividade	98 163,83	10 323,61		45 179,62		8 532,12	34 128,48	0,00	42 660,60	
Loja A1 - Plataforma das Artes e da Criatividade	157 642,36	16 170,60		16 099,96		13 930,20	55 720,80	55 720,80	125 371,80	
Loja A2 - Plataforma das Artes e da Criatividade	30 991,06	1 661,43		7 045,51		7 122,11	15 162,01	0,00	22 284,12	
Terreno Cruz D'Argola - Mesão Frio	48 184,08	1 795,68		44 592,72		1 795,68	0,00	0,00	1 795,68	
Terreno Monchique	163 042,09	6 524,52		149 993,05		6 524,52	0,00	0,00	6 524,52	
Terreno Parque Industrial de Ponte	91 841,68	0,00		50 386,48		41 455,20	0,00	0,00	41 455,20	
Pousada da Oliveira	750 105,86	0,00		366 998,64		158 686,10	224 421,12	0,00	383 107,22	
Parque de estacionamento Alameda Alfredo Pimenta	135,00	4,50		126,00		4,50	0,00	0,00	4,50	
Terreno Cruz de Pedra	174,65	4,99		164,67		4,99	0,00	0,00	4,99	
Terreno Cruz de Pedra	88,27	3,74		80,79		3,74	0,00	0,00	3,74	
Terreno sito no lugar do Monte de S. Paulo	91 679,64	6 085,04		79 509,56		6 085,04	0,00	0,00	6 085,04	
Terreno sito no lugar da Mãe D'Água - Mesão Frio	98 878,25	6 562,92		85 684,61		6 630,72	0,00	0,00	6 630,72	
Direito superfície lote D - Avepark	542 065,64	10 680,19		31 526,04		10 790,48	42 720,76	446 348,17	499 859,41	
Prédio sito na rua S. Vicente , União Freguesias Cadoso S. Tiago e Mascotelos	5 076,86	720,00		36,86		720,00	2 880,00	720,00	4 320,00	
Direito superfície lote 9 - Avepark	6 333,56	2 226,12		3 080,00		1 027,44	0,00	0,00	1 027,44	
Total	2 352 906,61	942 776,21	0,00	942 776,21	0,00	295 733,52	504 525,17	509 180,41	1 309 439,10	0,00

Nota - 7 — Custos de empréstimos obtidos

MAPA DE EMPRÉSTIMOS

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamentação legal (c)			
	N.º do contrato	Nome da Instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01		Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014
											Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N								
Curto Prazo																											
Conta caucionada	Santander		14-04-2014			n.a	n.a	Apoio tesoraria	150.000,00	125.000,00	0,00	125.000,00	0,00	10.399,32	4.510,21	0,00				0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00			
Total CP									150.000,00	125.000,00	0,00	125.000,00	0,00	10.399,32	4.510,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Médio e Longo Prazo - Não Isentos																											
SubTotal									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Médio e Longo Prazo - Isentos																											
SubTotal									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total MLP									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral									150.000,00	125.000,00	0,00	125.000,00	0,00	10.399,32	4.510,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MAPA DE EMPRÉSTIMOS																											
Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamentação legal (c)			
	N.º do contrato	Nome da Instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01		Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014
											Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N								
Curto Prazo																											
Total CP									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Médio e Longo Prazo - Não isentos																											
	9015008134551	CGD	03-06-2015	14	5			Investimento	709.412,10	737.988,86	104.749,88	19.189,06	614.049,92	26.294,08	4.725,23	76.038,59											
	9015008133751	CGD	29-05-2015	15	5			Investimento	2.435.437,81	2.435.437,81	0,00	48.511,87	2.384.699,52	0,00	2.226,42	0,00											
	9015008238392	CGD	24-07-2019	15	1			CGD-Conta Caucion	1.600.000,00	1.684.782,52	53.332,00	26.666,00	1.604.784,52	73.940,15	9.548,52	385.933,44	12.000,00	3.000,00	84.000,00								
	1120170002982	Santander	11-09-2019	5	1			Factoring	745.000,00	745.000,00	111.750,03	149.000,04	484.249,93	26.316,94	13.490,71	34.572,65											
	0770099311	Novo Banco	07-08-2019	3	1			Investimento	50.000,00	50.000,00	1.612,84	3.396,78	44.990,38	2.273,26	1.268,09	3.542,62											
	ALF 19650535001	RCI Banque	29-03-2019	4	1			RCI-Banque	23.800,00	23.800,00	10.797,35	5.650,88	7.351,77	1.040,85	391,64	456,88											
	1243	BPI-Desc.D.O.	15-06-2021	0,5	1			BPI-Descoberto	170.000,00	166.819,51	0,00	0,00	166.819,51	5.766,23	2.340,00	3.000,00											
	CC 18268142097	Santander	26-01-2018	2	2			Ap Tesouraria	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00											
	Contrato 10026816	BPI	26-07-2017	3	3			Investimento	26.000,00	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00											
	Contrato 10027145	BPI	26-07-2017	3	3			Leasing Cont 1002	10.245,90	10.245,90	0,00	2.753,38	7.492,52	0,00	81,08	0,00											
SubTotal									5.789.895,81	5.900.074,60	328.242,10	255.168,01	5.314.438,07	135.631,51	34.071,69	503.544,18	12.000,00	3.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	5.472.293,32	5.314.438,07	0,00	854.732,50	
Médio e Longo Prazo - isentos																											
SubTotal									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total MLP									5.789.895,81	5.900.074,60	328.242,10	255.168,01	5.314.438,07	135.631,51	34.071,69	503.544,18	12.000,00	3.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	5.472.293,32	5.314.438,07	0,00	854.732,50	
Total Geral									5.789.895,81	5.900.074,60	328.242,10	255.168,01	5.314.438,07	135.631,51	34.071,69	503.544,18	12.000,00	3.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	5.472.293,32	5.314.438,07	0,00	854.732,50	

Nota - 8 — Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo municipal de Guimarães compreendem terrenos e edifícios não afetos ao uso operacional da atividade do grupo, e detidos para a obtenção de rendimentos através de rendas e/ou valorização do capital.

Encontram-se reconhecidas pelo seu custo de aquisição ou construção e quaisquer dispêndios que lhes sejam diretamente atribuíveis, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e qualquer eventual perda por imparidade.

Vida útil

Para todas as propriedades de investimento registadas, o período de vida útil é definido de acordo com o estabelecido no Classificador Complementar 2 (CC2).

À data do presente relato, as fichas de cadastro de cada bem classificado como propriedade de investimento, encontram-se atualizadas com informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, valor de aquisição, depreciação acumulada, valor líquido, entre outras informações relevantes.

Métodos de depreciação

O método de depreciação usado nas propriedades de investimento é o das quotas constantes (ou linha reta).

Variação das depreciações

As quantias escrituradas das propriedades de investimento e depreciações acumuladas, para os períodos económicos de 2020 e 2021, sofreram a variação apresentada nos quadros seguintes.

Quadro 8.1 - Propriedades de investimento – variação das depreciações e perdas por imparidade - 2020

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO								
Bens de domínio público				1 983 297,92 €	1 983 297,92 €			1 983 297,92 €
Terrenos e recursos naturais	1 983 297,92 €			736 229,24 €	1 101 341,04 €	376 068,80 €		725 272,24 €
Edifícios e outras construções	1 101 341,04 €	365 111,80 €						
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de investimento em curso								
TOTAL	3 084 638,96 €	365 111,80 €	0,00 €	2 719 527,16 €	3 084 638,96 €	376 068,80 €	0,00 €	2 708 570,16 €

Quadro 8.1 - Propriedades de investimento – variação das depreciações e perdas por imparidade - 2021

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO								
Bens de domínio público				1 983 297,92 €	2 201 057,62 €			2 201 057,62 €
Terrenos e recursos naturais	1 983 297,92 €			725 272,24 €	1 187 617,17 €	407 827,96 €		779 789,21 €
Edifícios e outras construções	1 101 341,04 €	376 068,80 €						
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de investimento em curso								
TOTAL	3 084 638,96 €	365 111,80 €	0,00 €	2 708 570,16 €	3 388 674,79 €	407 827,96 €	0,00 €	2 980 846,83 €

Quantia escriturada e variações do período

Durante os exercícios de 2020 e 2021, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento, relativamente às depreciações do período e os rendimentos do período, foram os seguintes:

Quadro 8.2 - Propriedades de investimento - modelo do custo - 2020

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício		
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)			(9)	(10)	(11)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO													
Bens de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	1 983 297,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 983 297,92 €	0,00 €	10 680,19 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	736 229,24 €	0,00 €	0,00 €	-10 957,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	725 272,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	2 719 527,16 €	0,00 €	0,00 €	-10 957,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 708 570,16 €	0,00 €	10 680,19 €	0,00 €	0,00 €

Quadro 8.2 - Propriedades de investimento - modelo do custo – 2021

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício		
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)			(9)	(10)	(11)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO													
Bens de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	1 983 297,92 €	4 718,87 €	21 304 083,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 201 057,62 €	0,00 €	16 050,40 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	725 272,24 €	0,00 €	86 276,13 €	-31 759,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	779 789,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	2 708 570,16 €	4 718,87 €	21 390 359,13 €	-31 759,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 980 846,83 €	0,00 €	16 050,40 €	0,00 €	0,00 €

Desagregação das adições

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

Quadro 8.3 – Propriedades de investimento – desagregação das adições (modelo do justo valor) - 2021

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO										
Bens de domínio público										
Terrenos e recursos naturais									4 718,87	4 718,87
Edifícios e outras construções										
Outras propriedades de investimento										
Propriedades de investimento em curso										
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 718,87	4 718,87

Durante o ano económico de 2020 não se verificou qualquer aquisição ou investimento de propriedades de investimento.

Não se verificou qualquer diminuição em propriedades de investimento durante os anos de 2020 e 2021.

No que concerne ao justo valor das propriedades de investimento, por estas se encontrarem mensuradas ao modelo do custo, não foi determinado o seu justo valor.

Nota - 9 — Imparidade de ativos

Não foram identificados indícios de imparidade de ativos que suscitassem a realização de testes de imparidade, não existindo assim qualquer montante a evidenciar.

Nota - 10 — Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários - 2020

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	63 584,01	0,00	63 584,01
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 147 510,54	0,00	1 147 510,54
Produtos acabados e intermédios	2 842,50	0,00	2 842,50
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	1 213 937,05	0,00	1 213 937,05

Quadro 10.1 – Inventários - 2021

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	59 832,52	0,00	59 832,52
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 222 555,27	0,00	1 222 555,27
Produtos acabados e intermédios	1 529,59	0,00	1 529,59
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	1 283 917,38	0,00	1 283 917,38

Durante os exercícios de 2020 e 2021, registaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de inventário:

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período - 2020

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	51 297,88	103 115,64	89 935,24	0,00	0,00	0,00	894,27	0,00	63 584,01
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 151 678,31	2 487 869,27	1 785 067,33	0,00	0,00	0,00	707 099,19	129,48	1 147 510,54
Produtos acabados e intermédios	6 033,36	24,19	0,00	3 215,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2 842,50
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 209 009,55	2 591 009,10	1 875 002,57	3 215,05	0,00	0,00	707 993,46	129,48	1 213 937,05

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período - 2021

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	63 584,01	51 886,62	58 434,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57 036,03
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 147 510,54	2 838 220,13	2 026 045,47	0,00	0,00	0,00	734 998,88	665,44	1 225 351,76
Produtos acabados e intermédios	2 842,50	0,00	0,00	1 312,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1 529,59
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 213 937,05	2 890 106,75	2 084 480,07	1 312,91	0,00	0,00	734 998,88	665,44	1 283 917,38

A regularização de existências, dizem maioritariamente respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, e para colocação de contadores.

Nota - 13 — Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Durante o exercício de 2021, o GMG registou os seguintes rendimentos por categoria de transação:

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação consolidado

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Prestações de Serviços	25 106 733,09	0,00	0,00	0,00	0,00
Resíduos Sólidos	5 016 202,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Coletivos de pessoas e mercadorias	1 964 160,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos por conta de particulares	42 028,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Cemitérios	78 582,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercados e feiras	40 524,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Parques de Estacionamento	309 278,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Sociais - refeições escolares	938 762,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Sociais - ATL, jardins infância e creches	476 334,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Culturais	2 041,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	60 687,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Vistorias e Ensaios	60 002,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Arrendamento	5 251,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	16 112 876,45	0,00	0,00	0,00	0,00
Venda de bens	6 445 535,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	612 687,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	612 687,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Sinistros	50 174,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas	1 039 773,74	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2 353 297,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	987,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros obtidos de residentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos FAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	987,68	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	35 609 189,39	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota - 14 — Rendimento de transações sem contraprestação

O rendimento das transações sem contraprestação, nomeadamente impostos, taxas, multas, transferências e subsídios correntes obtidos, são reconhecidos no momento em que o acontecimento ocorre, seja ele tributável ou de outra natureza, e mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Durante o exercício de 2021, o GMG registou, por classes, nas demonstrações financeiras, os seguintes rendimentos sem contraprestação:

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos	27 262 989,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Derrama	4 595 655,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre imóveis	18 807 959,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto Único de Circulação	3 859 374,11	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	9 975 066,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	9 975 066,26	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	4 760 067,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	4 407 999,63	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	352 067,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	444 080,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	40 659 899,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Equilíbrio Financeiro	17 986 618,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Social Municipal	3 421 105,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação IRS	5 941 857,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação IVA	484 321,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	11 542 604,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	945 959,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Associações de Municípios					
FEDER					
Fundo de Coesão					
Resto do Mundo - Fundo Social Europeu	335 403,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Resto do Mundo - Outras	2 030,79	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões	299 613,32	0,00	0,00	0,00	0,00
De perdas por imparidade	170 450,68	0,00	0,00	0,00	0,00
De provisões	129 162,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 301 220,81	90 744 309,61	0,00	0,00	0,00
Correções relativos a períodos anteriores:	1 354 402,74	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos diretos					
Impostos indiretos					
Outras					
Outros não especificados					
TOTAL	89 057 340,20	90 744 309,61	0,00	0,00	0,00

As transferências e subsídios obtidos não tem condições.

Nota - 15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1— Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, em que seja provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

O valor relevado na conta de provisões para processos judiciais em curso, refere-se aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas. A quantia escriturada final é de 1.461.230,40€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao GMG.

Quadro 15.1A – Provisões - 2020

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	1 386 327,47	82 307,63	0,00	0,00	82 307,63	0,00	302 224,58	0,00	302 224,58	1 166 410,52
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais										
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 386 327,47	82 307,63	0,00	0,00	82 307,63	0,00	302 224,58	0,00	302 224,58	1 166 410,52

Quadro 15.1A – Provisões - 2021

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	1 166 410,52	423 982,52	0,00	0,00	423 982,52	0,00	129 162,64	0,00	129 162,64	1 461 230,40
Processos judiciais em curso										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais										
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 166 410,52	423 982,52	0,00	0,00	423 982,52	0,00	129 162,64	0,00	129 162,64	1 461 230,40

O valor das reversões resulta dos processos que foram terminados ou que a probabilidade de ocorrência foi alterada para remota durante o ano de 2021.

Quadro 15.1B – Descrição das Provisões

Nº de Processo	Descrição do litígio	Valor proposto das ações/outros
1757/09.9 BEBRG	Pedido de indemnização.	400 000,00
1754/11.4BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	15 266,66
40/13.0BEBRG	Pedido de condenação no pagamento de uma indemnização, por incumprimento contratual.	48 263,76
1493/13.1BEBRG-2	Devolução do valor da taxa cobrada.	3 347,36
18/16.1BEBRG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de horas de trabalho noturno que não receberam.	30 000,01
1312/16.7BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	40 000,00
1810/16.2BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	15 174,32
0004772017/PCO	Processo de contraordenação.	15 000,00
1099/17.6BEBRG	Pedido de indemnização por danos em processo de urbanismo.	16 000,00
2071/17.1BEBRG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de valores relacionados com a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária, que não ocorreu.	30 000,01
2134/17.3BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	57 499,99
2192/17.0BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	104 211,68
2376/17.1BEBRG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de diferenças salariais.	30 001,00
1107/18.3BEBRG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de horas de trabalho prestadas a mais no período em que o Município implementou as 40 horas de trabalho semanal.	30 000,01
1545/18.0BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	3 147,29
4778/18.7BEBRG	Pedido de indemnização.	11 410,00
384/19.7BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	36 599,17
480/19.0BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	8 000,00
1594/19.2BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	50 171,31
667/20.3BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro.	8 291,00
142100053 e 142100054	Processo de contraordenação.	13 770,00
1982/19.4BEBRG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito de processo de loteamento licenciado pelo alvará de loteamento 59/01.	394 395,00
2379/15,0BEBRG-A	Pedido de indemnização	1 493,22
2380/15,4BEBRG-A	Pedido de indemnização	7 981,44
3282/15,0BEBRG-A	Pedido de indemnização	1 373,01
2382/15,0BEBRG-A	Pedido de libertação de garantias	74 016,63
682/21.0BERG	Pedido de juros	15 817,52

15.2 – Passivos Contingentes

Processos judiciais em curso

Não foram constituídas provisões para os seguintes processos judiciais em curso, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Quadro 15.2 – Descrição dos Passivos Contingentes

Nº de Processo	Descrição do litígio	Valor proposto das ações/outros
Proc. n.º 1974/12.4 BEBRG	Pedido de reposição do equilíbrio financeiro de um contrato de empreitada.	606 342,49
Proc. n.º 1592/20.3BEPRT	Pedido de reposição do equilíbrio financeiro de um contrato de empreitada.	1.459.328,16 €
Proc. n.º 1982/19.4BEBRG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito de processo de loteamento licenciado pelo alvará de loteamento 59/01.	899 084,32
Proc. n.º 2314/19.7BEBRG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito de processo de loteamento licenciado pelo alvará de loteamento 59/01.	5 597 301,50
Proc. n.º 1833/19.0BEBRG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito de um pedido de emissão de certidão de reconhecimento de interesse público.	3 138 376,48
Proc. n.º 534/19.3BEBRG	Pedido de reposição do equilíbrio financeiro de um contrato de empreitada.	429 654,36
Proc. n.º 530/19.0BEBRG	Pedido de reposição do equilíbrio financeiro de um contrato de empreitada.	720 826,72
Proc. n.º 1397/18.1BEBRG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito do proc. de licenciamento n.º 534/14.	3.094.278,00 €
Proc. N.º 5108/21,6T8GMR	Pedido de reclamação de créditos salariais.	15 544,00
Proc. n.º 6138/20.0T8BRG	Pedido de indemnização.	74 333,91
Proc. n.º 3043/21.7T8GMR	Pedido de indemnização.	66 500,00

15.3 – Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes no período de 2021 em que se torna praticamente certo que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade.

Nota - 17 — Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras consolidadas são autorizadas para emissão, o GMG avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas. Desta forma, quando houve evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos foram ajustados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por outro lado, se não houve evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que o GMG tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras consolidadas e têm dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material, nas demonstrações financeiras consolidadas do período económico de 2021.

A Comissão de Normalização Contabilística aprovou, em 25 de março de 2022, uma Recomendação sobre o tratamento dos Impactos da invasão da Ucrânia no relato Financeiro das empresas e entidades em SNC.

Nesse sentido, o GMG deverá rever regularmente esses impactos e antecipar os eventuais efeitos nas previsões orçamentais vigentes.

No que respeita às demonstrações financeiras consolidadas que se apresentam para o ano 2021, não houve consequências que afetassem diretamente e de forma materialmente relevante.

As demonstrações financeiras consolidadas serão autorizadas para emissão pelas entidades competentes, nas datas a seguir discriminadas:

Quadro 17.1 – Autorização das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações Financeiras autorizadas		Outro órgão deliberativo com competência para alterar as DF após emissão
Data	Entidade competente para autorizar	
	Órgão Executivo	
		Assembleia Municipal

Nota - 18 — Instrumentos financeiros

18.1— Ativo

A. Imparidade de ativos geradores de caixa

Quadro 18.1A – Imparidade de Ativos geradores de caixa

ATIVO	NATUREZA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA RECUPERÁVEL	MODELO UTILIZADO	
					JUSTO VALOR	VALOR DE USO
Cientes, contribuintes e utentes	AGC	7 649 052,98	3 164 255,78	4 484 797,20		
Outras contas a receber e a pagar - outros devedores	AGC	2 706 424,92	3 128,72	2 703 296,20		
Investimentos Financeiros	AGC	4 570 136,81	2 000 000,00	2 570 136,81		
			0,00	0,00		
Total		14 925 614,71		9 758 230,21	0,00	0,00

B. Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Clientes, contribuintes e utentes tinha a seguinte composição:

Quadro 18.1B – Decomposição de saldos de Clientes, contribuintes e utentes

Ativo	2021	2020
Clientes	3 973 648,60	4 342 801,30
Contribuintes	108 710,20	276 490,78
Utentes	402 438,40	758 918,41
Total	4 484 797,20	5 378 210,49

C. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte composição:

Quadro 18.1C – Decomposição de saldos de Outras Contas a receber

Ativo	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos Impostos e taxas imputadas ao período (IMI, IMT, Derrama e outros)	26 167 484,53	26 030 952,99
Devedores por acréscimos de rendimentos	747 066,71	890 689,27
Cauções entregues a terceiros	17 911,60	16 849,96
Outros Devedores	2 703 296,20	632 666,25
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	358 960,44	1 347 316,63
Total	29 994 719,48	28 918 475,10

D. Diferimentos

O valor de 1.052.440,05€ expresso na rubrica de Diferimentos refere-se às transferências para obras delegadas nas freguesias, seguros e outros gastos, cujo reconhecimento só deverá ocorrer em exercícios futuros.

E. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros ativos financeiros tinha a seguinte composição:

Quadro 18.1E – Decomposição de saldos de Outros ativos financeiros

Ativo	2021	2020
FCT - Fundo de compensação do trabalho	103 393,61	75 637,06
Títulos da dívida pública	21 646,38	21 356,73
Outros investimentos	998,77	998,77
Total	126 038,76	97 992,56

F. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Quadro 18.1F – Estado e outros entes públicos

Descrição	2021	2020
Imposto sobre o rendimento	55 125,56	22 861,98
Retenção de impostos s/ rendimentos	0,00	0,00
Imposto s/ o valor acrescentado (IVA)	1 049 745,79	1 314 976,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	1 217,71
Total	1 104 871,35	1 339 055,69

18.2— Património líquido

Durante o exercício de 2021, o GMG registou os seguintes movimentos no Património líquido:

Quadro 18.2 – Movimentos ocorridos no Património líquido

Designação da conta	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património / capital	254 902 980,84	108 757,44	997,60	255 010 740,68
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	8 494 535,36	280 671,75	0,00	8 775 207,11
Outras reservas	13 845 288,75	285 794,92	0,00	14 131 083,67
Resultados transitados	89 554 950,57	5 696 451,97	559 613,13	94 691 789,41
Ajustamentos em ativos financeiros	-2 000 002,63	0,00	-2,63	-2 000 000,00
Outras variações no património líquido	90 643 453,13	14 054 673,65	3 393 022,66	101 305 104,12
Resultado líquido do período	5 428 786,11	0,00	2 099 922,13	3 328 863,98
Interesses que não controlam	2 695 103,46	216 226,71	0,00	2 911 330,17
Total	463 565 095,59	20 642 576,44	6 053 552,89	478 154 119,14

Notas mais relevantes:

- 1) Valorização de terreno cedido ao domínio público municipal através do Alvará de Loteamento 31/97, sito na rua Monte da Santa, Selho S. Jorge: 108.757,44€.
- 2) Desreconhecimento do direito de raiz do terreno cedido à Freguesia de Sande S. Martinho - 997,60€.
- 3) Aumentos - Transferência do Resultado Líquido do exercício de 2020.
- 4) Diminuições - Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020 em Reservas Legais, no valor de 280.671,75€.
- 5) Aumentos - Imputação das transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciáveis.
- 6) Aumentos - Imputação dos direitos a receber / recebidos de subsídios ao investimento.
- 7) Aumentos - Imputação das transferências do Orçamento de Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro e artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, no montante de 1.998.513,00 e 2.831.894,00€ respetivamente.
- 8) Diminuições - Imputação de subsídios para investimentos proporcionalmente à depreciação ou amortização dos ativos que foram objeto de financiamento.
- 9) Aumentos doações obtidas:
 - Afetação de terreno ao domínio público, sito na Rua Eng.º Duarte Amaral, Pencilo: 489,60€.
 - Afetação de terreno ao domínio público sito Rua D. João I, freguesia de Creixomil: 890,88€.
 - Afetação de terreno ao domínio público, sito no tardo do Centro Comercial Villa: 22.310,40€.
 - Doação de equipamento educativo pela Associação de Pais da Escola EB1/JI de Calvos 2.017,20€.
 - Transferência de equipamento informático adquirido pela AMAVE no âmbito do projeto DIGITAVE: 21.200,00€.

18.3— Passivo

A. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Financiamentos obtidos tinha a seguinte composição:

Quadro 18.3A1-Decomposição dos saldos das contas de Financiamentos obtidos

Descrição	2021	2020
Financiamentos obtidos - exigível a médio e longo prazo	36 694 605,82	32 271 180,84
Financiamentos obtidos - exigível a curto prazo	7 108 246,13	7 740 879,19
Total	43 802 851,95	40 012 060,03

Quadro 18.3A2 - Vencimento dos financiamentos obtidos

	Entidade	Capital utilizado	Saldo em 31/12/2021	Valor amortizar	
				2022-2026	Após 2026
MG	Banco Bilbao Vizcaya Argentáia	5 939 912,00	1 436 439,43	1 436 439,43	0,00
	Banco BPI, SA	21 957 887,81	13 768 860,14	5 893 438,41	7 875 421,72
	Banco Santander Totta	17 457 926,40	755 599,12	755 599,12	0,00
	Caixa Geral de Depósitos	11 348 945,66	2 625 637,63	2 613 715,43	11 922,20
	Millennium - Banco Comercial Português SA	27 267 948,24	10 128 997,17	6 351 219,34	3 777 777,84
	Novo Banco	2 564 714,04	446 188,88	446 188,88	0,00
	Total (1)	86 537 334,15	29 161 722,37	17 496 600,61	11 665 121,76
Tempo Livre	Locação Financeira 2513123 - 100126979 - Grelha Multiusos	74 931,03	54 237,10	54 237,10	
	CGD Conta Corrente Descoberto	5 717,40	5 717,40	5 717,40	
	Caixa Geral de Depósitos	75 000,00	75 000,00	75 000,00	0,00
	Total (2)	155 648,43	134 954,50	134 954,50	0,00
Vimágua	Emprestimo Bancario	24 000 000,00	7 591 941,55	7 591 941,55	
	locação Financeira	2 472 089,55	1 139 161,22	1 012 110,15	127 051,07
	Total (3)	26 472 089,55	8 731 102,77	8 604 051,70	127 051,07
Vitrus	Caixa Leasing e Factoring, SA - Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor nextra 15 m3	192 372,00	35 469,48	35 469,48	0,00
	BCP, SA - Viatura ligeira merc. Mitsubishi (41-SO-86)	42 811,23	4 805,90	4 805,90	0,00
	BCP, SA - Viatura pesada 19 ton. Volvo (69-TJ-24)	194 709,00	30 575,84	30 575,84	0,00
	Caixa Leasing e Factoring, SA - 40 contentores ("moloks")	111 684,00	72 312,79	72 312,79	0,00
	Caixa Feral de Depósitos, SA - 43 contentores ("moloks")	119 531,40	104 899,95	104 899,95	0,00
	Caixa Feral de Depósitos, SA - Viatura pesada 19 ton. Volvo (AJ-49-UO)	217 414,80	211 472,63	211 472,63	0,00
	Total (4)	878 522,43	459 536,59	459 536,59	0,00
Turitermas	Banco - CGD JESSICA 9015.008134.5.51	737 988,86	614 049,92	391 024,96	223 024,96
	Banco - CGD JESSICA 9015.008133.7.51	2 435 437,81	2 384 699,52	1 014 824,64	1 369 874,88
	Banco - CGD Conta Corrente 9015.008125592	1 684 782,52	1 603 935,10	533 666,56	1 070 268,54
	Banco Santander - Factoring NVE, S.A.	745 000,00	335 249,93	335 249,93	0,00
	Santander-Factoring	149 000,00	149 000,00	149 000,00	
	Novo Banco 0770099311 - Contrato Locação Financeira	50 000,00	44 990,38	44 990,38	0,00
	RCI Banque	23 800,00	7 351,77	7 351,77	0,00
	BPI Descoberto	166 819,51	166 819,51	16 819,51	150 000,00
	BPI-Leasing (Contrato 10027145)	10 245,90	7 492,52	7 492,52	0,00
	Banco - CGD Conta Corrente Descoberto	849,42	849,42	849,42	0,00
	Total (5)	6 003 924,02	5 314 438,07	2 501 269,69	2 813 168,38
CCVG	Banco BPI, S.A. - Locação financeira Ctr.1860092000_25-UF-00	4 792,49	1 097,65	1 097,65	
	Total (6)	4 792,49	1 097,65	1 097,65	0,00
	Total 1+2+3+4+5+6	120 052 311,07	43 802 851,95	29 197 510,74	14 605 341,21

B. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fornecedores tinha a seguinte composição:

Quadro 18.3B-Decomposição dos saldos das contas de Fornecedores

Descrição	2021		2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores C/C	0,00	3 469 714,60	1 288 984,70	4 348 911,02
Fornecedores de investimentos	1 230 848,67	824 942,28	0,00	1 046 968,08
Total	1 230 848,67	4 294 656,88	1 288 984,70	5 395 879,10

C. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Quadro 18.3C-Estado e outros entes públicos

Descrição	2021	2020
Imposto sobre o rendimento	49 928,09	229 366,30
Retenção de impostos s/ rendimentos	271 859,53	213 723,10
Imposto s/ o valor acrescentado (IVA)	120 665,08	62 641,23
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	474 229,11	480 875,65
Outras tributações	321 062,93	314 983,88
Total	1 237 744,74	1 301 590,16

D. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

Quadro 18.3D - Outras contas a pagar

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos - Remunerações a liquidar	0,00	4 966 331,63	0,00	4 501 099,15
Credores por acréscimos de gastos - Juros a liquidar e outros gastos	0,00	33 309,87	0,00	58 324,12
Credores por acréscimos de gastos - Outros acréscimos de gastos (energia, água e outros)	0,00	3 152 355,89	0,00	3 115 487,64
Outros credores - FAM	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores - Empresas locais	0,00	39 188,08	0,00	137 080,61
Outros credores - cobrança de receita por conta de outrem	0,00	56 391,74	0,00	54 199,08
Outros credores	2 244 018,09	990 701,39	2 295 338,62	1 434 275,66
Outros credores - Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 244 018,09	9 238 278,60	2 295 338,62	9 300 466,26

E. Diferimentos

O valor de 1.011.102,27€ expresso na rubrica de Diferimentos no Passivo não corrente refere-se ao acordo de concessão para a conceção, construção e exploração do crematório de Guimarães.

O valor de 12.263.829,54€ expresso na rubrica de Diferimentos no Passivo corrente refere-se a rendimentos a reconhecer.

F. Outros passivos financeiros

O valor de 4.923.670,70€ expresso na rubrica de Outros Passivos Financeiros refere-se às garantias e cauções pecuniárias, de acordo com o atual normativo (SNC-AP). Em 31/12/2020 o valor expresso é no montante de 4.316.753,85€.

18.4— Garantias

Município de Guimarães - garantias reais de hipoteca por escritura para financiamento de despesas de aquisição de 243 fogos de habitação social, sendo o montante em dívida em 31/12/2021 de 1.426.717,25€.

Vimágua – garantias reais de hipoteca por escritura para financiamento de 13 terrenos, sendo o montante em dívida a 31/12/2021 de 7.591.941,55€.

Garantias a favor da Estradas de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
Garantia nº 9015003405793	50.000
17 Garantias a 5.000 euros cada	85.000
37 Garantias a 1.000 euros cada	37.000
4 Garantia a 3.000 Euros	12.000
1 Garantia a 4.200 euros cada	4.200
1 Garantia a 2430 euros	2.430
2 Garantia a 3.300 euros	6.600
1 Garantia a 1.800 euros	1.800
1 Garantia a 7.500 euros	7.500
1 Garantia a 2.100 euros	2.100
1 Garantia a 2.970 euros	2.970
1 Garantia a 3.150 euros	3.150
1 garantia a 17.675 euros	17.675
1 garantia a 48.190 euros	48.190
1 garantia	51.245.00
1 garantia	22.145.00
1 garantia	7.300.00
1 garantia	11.655.00

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
9015007146793	1.000

Garantias a favor da APA (Associação Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Número	Valor
2503009889693	25.000

Turitermas – garantias de acordo com os seguintes quadros:

Operação	Montante contratado	Estado financeiro	Saldo devedor	Moeda	Duração prazo	Tipo prazo	Tipo garantia	Data Inicio	Data Fim	Produto	Taxa Juro %
PT0035901500081337051	2 435 437,81	SI TUACAO REGULAR	2.384.699,52	EUR	219	M	HIP IMOV UTILD MISTA	2015-06-03	2033-09-03	INICIATIVA JESSICA-REGIAO NORT	0,00000
	2 435 437,81	SI TUACAO REGULAR	2.384.699,52	EUR	219	M	HIP IMOV UTILD MISTA	2015-06-03	2033-09-03	INICIATIVA JESSICA-REGIAO NORT	0,00000
	2 435 437,81	SI TUACAO REGULAR	2.384.699,52	EUR	219	M	CONS REC - OUTRAS	2015-06-03	2033-09-03	INICIATIVA JESSICA-REGIAO NORT	0,00000
	2 435 437,81	SI TUACAO REGULAR	2.384.699,52	EUR	219	M	HIP IMOV UTILD MISTA	2015-06-03	2033-09-03	INICIATIVA JESSICA-REGIAO NORT	0,00000
	2 435 437,81	SI TUACAO REGULAR	2.384.699,52	EUR	219	M	HIP IMOV UTILD MISTA	2015-06-03	2033-09-03	INICIATIVA JESSICA-REGIAO NORT	0,00000
PT00359015000813450511	709 412,10	SI TUACAO REGULAR	614.049,92	EUR	174	M	CONS REC - OUTRAS	2015-06-03	2029-12-03	REAB URB JESSIC MATCHFUN-NORTE	2,93300
	709 412,10	SI TUACAO REGULAR	614.049,92	EUR	174	M	HIP IMOV UTILD MISTA	2015-06-03	2029-12-03	REAB URB JESSIC MATCHFUN-NORTE	2,93300

Operação	Montante Contratado	Moeda	Estado Financeiro	Produto	Data Inicio	Data Fim	Nº garantia	Tipo de garantia / colateral	Montante colateral	Moeda	Taxa Juro %	Capital vincendo	Valores em dívida	Dívida total	Moeda
PT 0035901500082383092	1.578.917,28	EUR	Situação Regular	C/C-EMPRESAS - DBI/DGE/DES/DEN	2015-07-29	2023-04-30	PT 0035192401371 656080001	CONS REC - Outras	1 600 000,00	EUR	3,50000	1.578.917,28	0,00	1.578.917,28	EUR
							PT 0035192401371 664080001	PROC IRREVOG -EDI FC DIFR	1 600 000,00	EUR					
							PT 0035192401543 163080001	HIP IMOV UTILD MISTA	888 241,00	EUR					

Nota - 19 — Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são benefícios dos empregados que se vencem dentro de 12 meses após a data de relato em que os empregados prestam o respetivo serviço. Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, contribuições para a segurança social, CGA, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ajudas de custo, despesas de representação, trabalho extraordinário e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O Município de Guimarães não tem qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

O número médio de empregados no final do período de 2020 e 2021 foi de:

Entidade	2021	2020
Município de Guimarães	1584	1537
CASFIG	16	17
Curtir Ciência	9	9
Fraterna	58	61
Laboratório da Paisagem	7	7
Oficina	141	148
Tempo Livre	146	165
Taipas Turitermas	54	47
Turipenha	17	18
Vimágua	212	210
Vitrus	188	155
Total	2 432	2 374

Em 2021 e 2020, a rubrica de Gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

Quadro 19.1 – Gastos com pessoal consolidado

Designação	2021	2020	Variação 20-21	%
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	454 941,82	460 833,36	-5 891,54	-1,28%
Remunerações do pessoal	31 866 185,00	30 201 981,73	1 664 203,27	5,51%
Indemnizações	79 347,96	48 846,14	30 501,82	62,44%
Encargos sobre remunerações	7 017 446,90	6 642 374,32	375 072,58	5,65%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	565 869,39	539 095,41	26 773,98	4,97%
Outros gastos com o pessoal	1 230 651,91	1 162 670,79	67 981,12	5,85%
Outros encargos sociais	890 083,89	807 127,19	82 956,70	10,28%
Total	42 104 526,87	39 862 928,94	2 241 597,93	5,62%

Nota - 20 — Divulgações de partes relacionadas

20.1 - Entidades Controladas

Em 31 de dezembro de 2021, as participações financeiras cujas entidades eram controladas pelo Município, encontram-se escrituradas do seguinte modo:

Quadro 20.1 – Listagem das entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Régie Cooperativa	Av. D. Afonso Henriques n.º 701, Centro Cultural Vila Flor 4810-431 Guimarães	118 610,00	99 759,58	84,11%		84,11%
Taipas Turitermas, CIPRL	Cooperativa	Largo das Termas Caldas das Taipas 4805-079 Guimarães	1 041 895,00	994 584,07	95,46%	0,01%	95,47%
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Cooperativa	Estação Inferior do Teleférico Rua Aristides de Sousa Mendes, n.º 37 Costa 4810-025	4 212 376,88	3 506 418,00	83,24%		83,24%
Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL	Cooperativa	Travessa de Vila Verde S. Sebastião 4800-435 Guimarães	112 500,00	99 759,58	88,68%		88,68%
Tempo Livre Físical CIPRL	Cooperativa	Alameda Cidade de Lisboa Creixomil 4835-037 Guimarães	67 250,00	59 855,75	89,00%		89,00%
Casfig - Empresa Municipal, EM	Empresa Municipal	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 354 Azurém 4800-019 Guimarães	49 879,79	49 879,79	100,00%		100,00%
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento Guimarães e Vizela, EIM,	Empresa Intermunicipal	Rua Rei do Pegú n.º 172 S. Sebastião 4810-025 Guimarães	500 000,00	450 000,00	90,00%		90,00%
Vitrus Ambiente, EM S.A.	Empresa Municipal	Av. Cónego Gaspar Estaço, n.º 606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães	255 343,00	255 343,00	100,00%		100,00%
Laboratório da Paisagem de Guimarães (a)	Associação sem fins lucrativos	Rua da Ponte Romana, Creixomil 4835 - 095 Guimarães			66,67%		66,67%
Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães (a)	Associação sem fins lucrativos	Rua da Ramada, nº 166 4810-445 Guimarães			66,67%		66,67%
Fundação Cidade Guimarães (b)	Fundação sem fins lucrativos com utilidade pública	Palacio Vila Flor - Av. D. Afonso Henriques, 701 4810-431 Guimarães	2 000 000,00				0,00%

(a) Percentagem de voto.

(b) O relatório e contas do ano de 2016, é o último relatório aprovado.

A Fundação Martins Sarmiento foi extinta em 2021, pelo Decreto-Lei n.º 58/2021, de 13 de julho.

20.2 – Transações entre partes relacionadas

Quadro 20.2 A – Transações entre partes relacionadas – MG/Entidades

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das transações		
Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	500 000,00	4,58		
		Transferências correntes concedidas	29 824,83	0,27		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	26,45	0,00		
		Rendimentos de prestações de serviços	146,00	0,00		
A Oficina Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	3 998 180,01	36,62		
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	11 548,29	0,11		
		Rendimentos de prestações de serviços	803,00	0,01		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	499,31	0,00		
Tempo Livre Físical - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	1 950 028,96	17,86		
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	13 475,00	0,12		
		Rendimentos de prestações de serviços	146,00	0,00		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	77,45	0,00		
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	113 298,44	1,04		
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	77,83	0,00		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	151,13	0,00		
Taipas - Turitermas - Cooperativa de Interesse Público, RL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	433 161,92	3,97		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	1 201,76	0,01		
Vitrus Ambiente, EM, SA	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	1 437 273,78	13,16	-2 250,00	
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	211,60	0,00		
		Rendimentos de prestações de serviços	219,00	0,00		
		Rendimentos em investimentos não financeiros	230 000,00	2,11	70 725,00	
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	477 868,54	4,38	-27 629,33	
		Transferências correntes concedidas	175 328,93	1,61		
		Rendimentos de prestações de serviços	403,20			
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	313,30	0,00		
		Rendimentos em investimentos não financeiros	845 501,00	7,74	7 396 044,43	
CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda.	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	160 608,76	1,47		
		Atribuição de subsídio à exploração	120 000,00	1,10		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	105,80	0,00		
Laboratório da Paisagem de Guimarães - Associação para a promoção do Desenvolvimento Sustentável	Entidade controlada / Associada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	36 321,13	0,33		
		Atribuição de subsídio à exploração	365 000,00	3,34		
		Outros gastos - Quota	2 500,00	0,02		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	26,45	0,00		
Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães	Entidade controlada / Associada	Outros gastos - Quota	2 500,00	0,02		
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	11 111,39	0,10	-1 040,00	

(a) Valores s/iva.

(b) Saldos negativos respeitam à posição devedora do Município de Guimarães.

Quadro 20.2 B – Transações entre partes relacionadas – Vimágua/Entidades

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das		
Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	3 992,10	3,27	51,16	
A Oficina Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	6 952,88	5,69	14 839,80	
Tempo Livre Físical - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	29 070,33	23,79	1 325,94	
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	6 647,02	5,44		
Taipas - Turitermas - Cooperativa de Interesse Público, RL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	12 422,60	10,17	3 169,11	
Vitrus Ambiente, EM, SA	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	57 477,26	47,03		
CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda.	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	5 647,25	4,62	849,54	

(c) Valores s/iva.

Quadro 20.2 C – Transações entre partes relacionadas – Vitrus/Entidades

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das		
A Oficina Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	4 000,00	20,40	0,00	
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	11 632,02	59,32	1 861,00	
Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães	Entidade controlada / Associada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	3 977,53	20,28	313,65	

(d) Valores s/iva.

Quadro 20.2 E – Transações entre partes relacionadas – Tempo livre / Fraterna

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das		
Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	495,00	100,00		

(e) Valores s/iva.

20.3— Pessoas chave da gestão

Em 31 de dezembro de 2021, as remunerações das pessoas chave na gestão eram as seguintes:

Quadro 20.3 – Pessoas chave da gestão

Designação	Órgão Executivo MG	Direção Oficina	Conselho de Adm. Turitermas	Direção Turipenha	Conselho de Adm. Tempo Livre	Direção Fraterna	Conselho de Adm. Vitrus	Conselho de Adm. CASFIG	Conselho de Adm. Vimágua	Direção Lab. Paisagem	Direção CCVG	Órgão de Fiscalização										
												MG	Oficina	Turitermas	Turipenha	Tempo Livre	Fraterna	Vitrus	CASFIG	Vimágua	Laboratório da Paisagem	CCVG
Remunerações	324 301,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 344,88	0,00	53 823,52	0,00	0,00											
Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, SROC												5 400,00		4 200,00	3 600,00	3 690,00					1 500,00	1 500,00
Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.																	2 500,00	12 000,00				
Sociedade de Revisores Gaspar Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.													5 400,00			4 800,00						

Nota - 22 — Interesses em outras entidades

Em 31 de dezembro de 2021, o Município detinha os seguintes interesses em outras entidades:

Quadro 22 – Interesses em outras entidades

Designação	Sede	% Interesses	
		Propriedade detidos	Direitos de voto
PIEP Associação - Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	Universidade do Minho Campus Azurém 4800-058 Guimarães	3,76%	
CVR - Centro para a Valorização de Resíduos	Campus Azurém Universidade do Minho 4800-058 Guimarães	4,36%	
Associação Nacional de Municípios Portugueses ANMP	Av. Marnoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra	1)	
Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho, n.º 17 - 1.º andar 5100 - 127 Lamego	1)	
UCCLA - União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas	Avenida da Índia n.º 110 1300 - 300 Lisboa	1)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís I n.º 55 4050-074 Porto	1)	
Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas	Rua Morais Soares 43 - C 1º dto. 1900-341 Lisboa		
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1 4800-019 Guimarães		
Associação das Cidades Património - Organização das Cidades Património Mundial	15, Rue Saint-Nicolas, 1e étage Quebec G I K I M 8 Canada	1)	
Associação Norte Cultural	Amarante Cine-Teatro Monte da Eira - Cepelos 4600-221 Amarante		
Rede de Bibliotecas Associadas da UNESCO	I, Rue Miollis Paris 75732 France		
Associação CCG/ZGDV - Centro de Computação Gráfica	Campus de Azurém 4800-058 Guimarães		
CIUMED - Rede para a Promoção das Cidades Médias do Sudoeste Europeu	Município de Vila Real de Santo António - Praça Marquês de Pombal 8900-231 Vila Real de Stº António		
Associação ENERGIE-CITÉS	Energie-Cités Secretariat 2, Chemin de Palente F-25000Besançon; Energie-Cités Bureau Bruxelles 157, avenue Brugmann B-1190 Bruxelles	1)	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo de Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	1)	
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1 4800-019 Guimarães		
APHVIN/GEHVID - Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho	Rua da Restauração, n.º 318 Porto 4050-501 Porto	1)	
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	Rua Stº António das Travessas, 26 - 1.º andar 4700-040 Braga		
REC - Associação Rede Economias Criativas	Edifício dos Paços do Concelho de Óbidos Largo de São Pedro 2510-086 Óbidos		
IDEGUI - Instituto de Design de Guimarães - Associação para a Regeneração Económica	Rua da Ramada n.º 52 4810-445 Guimarães	1)	
APCV - Associação Portuguesa de Corredores Verdes	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente Edifício Departamental, Gabinete 419 Campus da Caparica 2829 - 516 Caparica		
Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149 - 015 Lisboa		
APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Campus Gualtar 4710 - 057 Braga		
Fundação Serralves	Rua D. João de Castro, 210 4150 - 417 Porto	1)	
ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais	Rua Cedofeita, n.º 431, R/C 4050-181 Porto	1)	
Prochild CoLAB Against Poverty and Social Exclusion	Campus de Azurém 4804-533 Guimarães	1)	
ICLEI - Local Governments for Sustainability - European Secretariat	Leopoldring 3 79098 Freiburg Germany	1)	
AICE - Asociación Internacional de Ciudades Educadoras	Carrer Avinyó 15, Pl. 4a 08002 Barcelona		
ATPN - Associação de Turismo do Porto e Norte	Rua Clube dos Fenianos, 25 4000-172 Porto		
Associação Fibrenamics - Instituto de Inovação Materiais Fibrosos e Compósitos	Universidade do Minho Campus Azurém 4800-058 Guimarães		

(1) Relativamente a estas entidades o Município apenas contribui com uma quota anual.

Nota - 23 — Outras divulgações

23.1 – Isenções de taxas devido à COVID-19

Durante o ano de 2021, sucederam um conjunto de medidas para fazer face à pandemia do COVID-19, nomeadamente a isenção do pagamento de taxas.

A isenção das referidas taxas teve o seguinte impacto estimado:

Quadro 23 .1 – Isenções de taxas devido à COVID-19

Receita	Valores s/IVA
Avepark	71 469,36 €
Ocupação da Via Pública	53 741,79 €
Mercados e Feiras	320 469,67 €
Total	445 680,82 €

23.2 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Em 2021 e 2020, a rubrica de fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte composição:

Quadro 23.2 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020	Variação 20-21	%
Subcontratos	6 137 703,07	6 466 498,15	-328 795,08	-5,08%
Cantinas escolares	2 296 590,45	1 508 832,24	787 758,21	52,21%
Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos e Urbanos	2 751 923,98	1 843 237,81	908 686,17	49,30%
Trabalhos especializados	3 851 100,85	3 536 622,06	314 478,79	8,89%
Publicidade, comunicação e imagem	320 806,12	197 709,33	123 096,79	62,26%
Vigilância e Segurança	1 471 475,13	1 288 721,86	182 753,27	14,18%
Honorários	545 613,45	517 206,84	28 406,61	5,49%
Comissões de cobrança	800 647,78	781 751,77	18 896,01	2,42%
Conservação e reparação	3 091 139,60	2 447 257,55	643 882,05	26,31%
Materiais de consumo	1 139 562,69	1 657 201,99	-517 639,30	-31,24%
Energia e fluídos	5 282 881,47	5 037 525,97	245 355,50	4,87%
Deslocações, estadas e transportes	5 055 377,82	1 937 094,99	3 118 282,83	160,98%
Contencioso e notariado	13 832,61	2 280,10	11 552,51	506,67%
Rendas e alugueres	1 810 990,82	687 403,04	1 123 587,78	163,45%
Comunicação	771 241,37	759 832,38	11 408,99	1,50%
Seguros	588 731,52	338 208,66	250 522,86	74,07%
Limpeza higiene e conforto	-165 283,57	326 870,45	-492 154,02	-150,57%
Outros	1 087 391,69	2 100 930,62	-1 013 538,93	-48,24%
Total	36 851 726,85	31 435 185,81	5 416 541,04	17,23%

Na rubrica de deslocações, estadas e transportes, em 2021, inclui o contrato de prestação de serviços da manutenção do serviço público de transporte de passageiros rodoviário regular urbano, no montante de 2.900.344,44€.

23.3 – Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Em 2021 e 2020, a rubrica Transferências e subsídios concedidos tinha a seguinte composição:

Quadro 23.3 – Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos	2021	2020	Variação 20-21	%
Transferências correntes concedidas	6 701 989,13	5 340 024,88	1 361 964,25	25,50%
Fundos e serviços autónomos				
Associações de Municípios	859 089,43	364 434,23	494 655,20	135,73%
Freguesias	1 479 554,88	1 420 019,99	59 534,89	4,19%
Empresas Locais	10 519,74	14 034,28	-3 514,54	-25,04%
Instituições sem fins lucrativos	3 506 916,70	3 029 767,60	477 149,10	15,75%
Famílias	845 908,38	511 768,78	334 139,60	65,29%
Subsídios correntes concedidos	1 492 201,81	1 173 686,64	318 515,17	27,14%
Empresas Locais				
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 492 201,81	1 173 686,64	318 515,17	27,14%
Transferências de capital concedidas	7 896 282,42	4 457 938,69	3 438 343,73	77,13%
Associações de Municípios	186 395,42	285 404,51	-99 009,09	-34,69%
Freguesias	4 301 650,58	2 000 449,63	2 301 200,95	115,03%
Instituições sem fins lucrativos	3 268 371,33	2 149 899,78	1 118 471,55	52,02%
Famílias	139 865,09	17 299,17	122 565,92	708,51%
Outros	0,00	4 885,60	-4 885,60	-100,00%
TOTAL	16 090 473,36	10 971 650,21	5 118 823,15	46,65%

Para o aumento das transferências e subsídios concedidos, concorrem entre outras, as verbas transferidas para as cooperativas e empresas locais no âmbito dos respetivos contratos-programa, os montantes transferidos para a CIM do Ave – Comunidade Intermunicipal do Ave, referentes ao financiamento de serviços essenciais no âmbito do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, atribuição de subsídios às freguesias, famílias e instituições e o apoio direto à economia local no âmbito do Retomar Guimarães.

23.4 – Mapa da dívida bruta consolidada

	Participação	Passivo Total	Provisões (conta 29 - SNC)	Credores por acréscimo de gastos (Conta 2722 - SNC)	Rendimentos a reconhecer (conta 2822 - SNC)	Operações não Orçamentais	FAM	Empréstimos bancários excluídos do cálculo	Dívida Total	Dívida Total a imputar ao MG
MG		46 677 135,73	1 360 548,57	5 494 830,94	5 555 522,59	2 707 744,65		5 247 305,89	26 311 183,09	
Oficina	84,1100%	412 849,91		211 536,50		546,75		200 766,66		168 864,84
Turitermas	95,4600%	5 849 654,71		148 884,15				5 700 770,56		5 441 955,58
Turipenha	83,2400%	231 984,98		188 083,57				43 901,41		36 543,53
Tempo Livre	89,0000%	549 382,09		232 713,52		91 365,70		150 302,87		133 769,55
Fraterna	88,6800%	590 473,52		145 060,78	315 824,30			129 588,44		114 919,03
Vitrus (*)	100,0000%	1 322 520,74		388 488,39				934 032,35		934 032,35
CASFIG (*)	100,0000%	320 321,20		57 183,86		18 934,77		244 202,57		244 202,57
Vimãgua (*)	90,0000%	35 128 612,02	100 681,83	2 345 004,14	7 316 087,37	2 253 383,02		7 591 941,55	15 521 514,11	13 969 362,70
Laboratório da Paisagem	83,3300%	35 229,68		21 280,20				13 949,48		11 624,10
CCVG	92,8571%	145 674,83		0,00	87 497,55			58 177,28		54 021,74

(*) – A entidade não contribui para a dívida bruta a imputar ao MG, pois apresentou resultados positivos.

23.5 – Outras divulgações

O fiscal único do Município de Guimarães é a entidade Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda., sendo os honorários relativos ao ano 2021 de € 16.974,00, com Iva incluído.

Não existem dívidas ao “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	Recebimentos	2021	2020	Rubrica	Pagamentos	2021	2020
	Saldo de gerência anterior	23 721 032,69 €	18 547 466,28 €				
	Operações orçamentais [1]	21 299 459,05 €	16 334 866,77 €				
	Restituição do saldo oper. orçamentais	21 299 459,05 €	16 334 866,77 €				
	Operações de tesouraria [A]	2 421 573,64 €	2 212 599,51 €				
	Receita corrente	93 429 897,10 €	82 900 319,78 €		Despesa corrente	72 523 417,80 €	60 990 543,25 €
R1	Receita fiscal	36 623 761,57 €	33 427 349,96 €	D1	Despesas com o pessoal	32 034 057,44 €	27 319 095,52 €
R11	Impostos diretos	36 623 761,57 €	33 427 349,96 €	D11	Remunerações Certas e Permanentes	24 619 377,54 €	20 845 142,08 €
R12	Impostos indiretos			D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	738 563,72 €	421 410,88 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção			D13	Segurança social	6 676 116,18 €	6 052 542,56 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 885 246,67 €	6 037 429,96 €	D2	Aquisição de bens e serviços	28 614 858,40 €	19 339 947,43 €
R4	Rendimentos de propriedade	3 287 929,99 €	3 168 549,03 €	D3	Juros e outros encargos	155 037,11 €	173 908,50 €
R5	Transferências e subsídios correntes	41 730 574,52 €	37 074 170,11 €	D4	Transferências e subsídios correntes	9 888 260,84 €	12 945 558,78 €
R51	Transferências correntes	41 730 574,52 €	37 074 170,11 €	D41	Transferências correntes	7 041 110,63 €	5 543 435,82 €
R511	Administrações Públicas	41 538 479,48 €	37 074 170,11 €	D411	Administrações Públicas	2 338 644,31 €	1 784 454,22 €
R5111	Administração Central - Estado	39 493 424,59 €	37 059 170,11 €	D4111	Administração Central - Estado		
R5112	Administração Central - Outras	321 506,73 €	15 000,00 €	D4112	Administração Central - Outras		
R5113	Segurança Social			D4113	Segurança Social		
R5114	Administração Regional			D4114	Administração Regional		
R5115	Administração Local	1 723 548,16 €		D4115	Administração Local	2 338 644,31 €	1 784 454,22 €
R512	Exterior - U E	46 980,77 €		D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	3 512 559,80 €	3 032 259,54 €
R513	Outras	145 114,27 €		D413	Famílias	1 004 057,85 €	511 304,99 €
R52	Subsídios correntes			D414	Outras	185 848,67 €	215 417,07 €
R6	Venda de bens e serviços	6 751 875,85 €	2 966 437,60 €	D42	Subsídios Correntes	2 847 150,21 €	7 402 122,96 €
R7	Outras receitas correntes	150 508,50 €	226 383,12 €	D5	Outras despesas correntes	1 831 204,01 €	1 212 033,02 €
	Receita de capital	14 502 904,46 €	10 807 389,27 €		Despesa de capital	34 647 492,80 €	23 914 111,00 €
R8	Venda de bens de investimento	634 576,25 €	187 024,12 €	D6	Aquisição de bens de capital	26 537 296,47 €	19 339 666,61 €
R9	Transferências e subsídios de capital	13 868 328,21 €	10 620 365,15 €	D7	Transferências e subsídios de capital	8 110 196,33 €	4 574 444,39 €
R91	Transferências de capital	13 868 328,21 €	10 620 365,15 €	D71	Transferências de capital	8 110 196,33 €	4 574 444,39 €
R911	Administrações Públicas	13 868 328,21 €	10 620 365,15 €	D711	Administrações Públicas	4 763 536,97 €	2 407 245,44 €
R9111	Administração Central - Estado	13 760 159,50 €	10 554 178,05 €	D7111	Administração Central - Estado		
R9112	Administração Central - Outras	19 722,03 €	66 187,10 €	D7112	Administração Central - Outras		
R9113	Segurança Social			D7113	Segurança Social		
R9114	Administração Regional			D7114	Administração Regional		
R9115	Administração Local	88 446,68 €		D7115	Administração Local	4 763 536,97 €	2 407 245,44 €
R912	Exterior - U E			D712	Entidades do Setor não Lucrativo	3 268 371,33 €	2 149 899,78 €
R913	Outras			D713	Famílias	78 288,03 €	17 299,17 €
R92	Subsídios de capital			D714	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D72	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	292 892,08 €	40 347,56 €	D8	Outras despesas de capital		
	Receita efetiva [2]	108 225 693,64 €	93 748 056,61 €		Despesa efetiva [5]	107 170 910,60 €	84 904 654,25 €
	Receita não efetiva [3]	11 003 286,58 €	1 011 142,64 €		Despesa não efetiva [6]	5 367 039,67 €	5 478 840,09 €
R12	Receita com ativos financeiros	3 286,58 €	11 142,64 €	D9	Despesa com ativos financeiros		129 444,75 €
R13	Receita com passivos financeiros	11 000 000,00 €	1 000 000,00 €	D10	Despesa com passivos financeiros	5 367 039,67 €	5 349 395,34 €
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações				Soma [7] = [5] + [6]	112 537 950,27 €	90 383 494,34 €
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	140 528 439,27 €	111 094 066,02 €		Operações de tesouraria [C]	1 491 742,00 €	1 064 219,89 €
	Operações de tesouraria [B]	1 869 825,46 €	1 002 744,12 €		Saldo para a gerência seguinte	30 790 146,10 €	22 861 695,42 €
					Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	27 990 489,00 €	20 710 571,68 €
					Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	2 799 657,10 €	2 151 123,74 €
					Saldo global [2] - [5]	1 054 783,04 €	8 843 402,36 €
					Despesa primária	107 015 873,49 €	84 730 745,75 €
					Saldo corrente	20 906 479,30 €	21 909 776,53 €
					Saldo de capital	-20 144 588,34 €	-13 106 721,73 €
					Saldo primário	1 209 820,15 €	9 017 310,86 €
					Receita total [1] + [2] + [3]	140 528 439,27 €	111 094 066,02 €
					Despesa total [5] + [6]	112 537 950,27 €	90 383 494,34 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2021	2020	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2021	2020
	Receita corrente	8 864 672,31 €	7 702 595,99 €		Despesa corrente	1 909 952,24 €	2 227 475,95 €
R1	Receita fiscal			D1	Despesa com pessoal	470 068,28 €	279 255,20 €
R11	Impostos diretos			D11	Remunerações Certas e Peramentes	354 845,67 €	273 036,66 €
R12	Impostos indiretos			D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	15 617,28 €	6 218,54 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e			D13	Segurança Social	99 605,33 €	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	215 379,47 €	406 559,72 €	D2	Aquisição de bens e serviços	1 276 263,33 €	1 696 049,83 €
R4	Rendimentos de propriedade	7 621 358,49 €	6 447 745,60 €	D3	Juros e outros encargos		
R5	Transferências e subsídios correntes		11 292,30 €	D4	Transferências subsídios correntes	21 261,18 €	187 468,54 €
R51	Transferências correntes		11 292,30 €	D41	Transferências correntes	802,43 €	6 606,89 €
R511	Administrações Públicas		11 292,30 €	D411	Administrações Públicas		
R5111	Administração Central - Estado Português		11 292,30 €	D4111	Administração Central - Estado Português		
R5112	Administração Central - Outras entidades			D4112	Administração Central - Outras entidades		
R5113	Segurança Social			D4113	Segurança Social		
R5114	Administração Regional			D4114	Administração Regional		
R5115	Administração Local			D4115	Adminiotração Local		
R512	Exterior - U E			D412	Entidades do Sector não Lucratvo	500,00 €	6 143,10 €
R513	Outras			D413	Famílias	302,43 €	463,79 €
R52	Subsídios correntes			D414	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	1 016 561,28 €	835 417,78 €	D42	Subsídios Correntes	20 458,75 €	180 861,65 €
R7	Outras receitas correntes	11 373,07 €	1 580,59 €	D5	Outras despesas correntes	142 359,45 €	64 702,38 €
	Receita de capital				Despesa de capital	117 831,22 €	437 303,38 €
R8	Venda de bens de investimento			D6	Aquisição de bens de capital	117 831,22 €	437 303,38 €
R9	Transferências e subsídios de capital			D7	Transferências e subsídios de capital		
R91	Transferências de capital			D71	Transferências de capital		
R911	Administrações Públicas			D711	Administrações Públicas		
R9111	Administração Central - Estado Português			D7111	Administração Central - Estado Português		
R9112	Administração Central - Outras entidades			D7112	Administração Central - Outras entidades		
R9113	Segurança Social			D7113	Segurança Social		
R9114	Aministração Regional			D7114	Administração Regional		
R9115	Administração Local			D7115	Adminitração Local		
R912	Exterior - U E			D712	Entidades do Setor não lucrativo		
R913	Outras			D713	Famílias		
R92	Subsídios de capital			D714	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D72	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	2 781,80 €	3 357,27 €	D8	Outras despesas de capital		
	RECEITA EFETIVA (2)	8 867 454,11 €	7 705 953,26 €		DESPESA EFETIVA (5)	2 027 783,46 €	2 664 779,33 €
	RECEITA NÃO EFETIVA (3)				DESPESA NÃO EFETIVA (6)		
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros			D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
	RECEITA TOTAL 4=1+2+3	8 867 454,11 €	7 705 953,26 €		DESPESA TOTAL 7=5+6	2 027 783,46 €	2 664 779,33 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Introdução

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo municipal de Guimarães, relativas ao exercício de 2021, reportado a 31 de dezembro, foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública, concretamente a NCP 26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

De acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24) o perímetro de consolidação na Administração Local será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Assim, o perímetro de consolidação orçamental do Grupo municipal de Guimarães compreende as seguintes entidades:

Município de Guimarães

CASFIG Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.E.M.

Curtir Ciência – Associação Centro Ciência Viva de Guimarães

Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade

Laboratório da Paisagem de Guimarães - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável

A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, C.I.P.R.L.

Tempo Livre - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL

Nos termos do exposto na NCP 26 (§§ 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, dos créditos e débitos de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

Considerando os constrangimentos que resultam da adoção do SNC-AP a partir de 1 de janeiro de 2021³ essencialmente no que tange à implementação do sistema informático, equipamento e programas que possibilitem o integral cumprimento das disposições legais em vigor, não aplicaram a NCP 26 as seguintes entidades: CASFIG, Curtir Ciência e FRATERNA, com remissão

³ As prestações de contas de 2020, das entidades participadas incluídas no perímetro de acordo com a NCP 26, foram efetuadas no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às Contas de 2019, nos termos permitidos pelo n.º 2 do art.º 350 da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2021 e que dispõe que a "prestação de contas relativa a 2020 das entidades pertencentes às Administrações Públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades reclassificadas, pode ser efetuada no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2019".

para a IPSAS 33, que permite, a quem adota pela primeira vez o normativo do IPSASB, um período de três anos para reconhecer ativos e passivos específicos.

Deste modo o perímetro de consolidação de contas de 2021 é composto apenas pelo Município de Guimarães, Oficina, Tempo Livre e Laboratório da Paisagem uma vez que as restantes entidades que integram o perímetro de consolidação orçamental, identificadas acima, não aplicaram a NCP 26.

As demonstrações orçamentais apresentadas não são comparáveis com as apresentadas para o período anterior, atendendo a que a Oficina, Tempo Livre e Laboratório da Paisagem aplicaram pela primeira vez a NCP 26 em 2021, implicando a perda de comparabilidade entre 2020 e 2021.